



UFES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

EDUARDO LUIZ FERREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE
SÃO MATEUS-ES**

SÃO MATEUS

2020

EDUARDO LUIZ FERREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO
MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS-ES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Damián Sánchez Sánchez

SÃO MATEUS

2020

FERREIRA, Eduardo Luiz.

Políticas Públicas para a Educação do Campo no Município de São Mateus-ES / Eduardo Luiz Ferreira. – (2020).

Fols. 181.

Orientador: Prof. Dr. Damián Sánchez Sánchez

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Norte Capixaba, Ciências Humanas e Sociais, (2020).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO
Departamento de Educação e Ciências Humanas

ANEXO III – FOLHA DE APROVAÇÃO

EDUARDO LUIZ FERREIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SÃO
MATEUS – ES.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação e Ciências Humanas do Centro Universitário Norte do Espírito Santo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo com Habilitação em CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS.

Aprovado em 15 de DEZEMBRO de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador(a) Prof. Dr. Damián Sánchez Sánchez
Universidade Federal do Espírito Santo

Membro Prof. Dr. Adelar João Pizetta
Universidade Federal do Espírito Santo

Membro Profª Mestra Ozana Galvão Baldotto
Secretaria Municipal de Educação de São Mateus-ES

Centro Universitário Norte do Espírito Santo - UFES
Rodovia BR 101 Norte, km 60, Bairro Litorâneo, CEP 29 932-540 Tel.: (27) 3312-1569
São Mateus – ES
Site eletrônico: <http://www.CEUNES.ufes.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
DAMIAN SANCHEZ SANCHEZ - SIAPE 3193528
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH/CEUNES
Em 15/12/2020 às 14:14

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/111507?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ADELAR JOAO PIZETTA - SIAPE 2307659
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH/CEUNES
Em 15/12/2020 às 20:25

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/112050?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO
Departamento de Educação e Ciências Humanas

ANEXO IV – ATA DE DEFESA

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, DO CANDIDATO EDUARDO LUIZ FERREIRA, DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dia quinze de dezembro de dois mil e vinte, às 10:30 horas, no Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo – Campus São Mateus, o candidato Eduardo Luiz Ferreira apresentou-se para a defesa de sua monografia. O Prof. Dr. Damián Sánchez Sánchez, orientador, declarou aberta a sessão. A Comissão Examinadora foi composta pelos seguintes examinadores: Prof. Dr. Damián Sánchez Sánchez, (CEUNES/UFES), orientador e presidente da banca de avaliação; Prof. Dr. Adelar João Pizetta (CEUNES/UFES), e Prof^a Mestra Ozana Galvão Baldotto (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MATEUS). Em seguida, o/a Presidente da Banca passou a palavra ao candidato, que, em até 50 minutos apresentou a Monografia intitulada: “POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS – ES”. Concluída a apresentação, os membros da Comissão Examinadora procederam às perguntas relacionadas ao tema apresentado. Findada a arguição do candidato, a Comissão Examinadora se reuniu para deliberação. Ao final, o presidente da banca informou que a referida monografia havia sido **APROVADA** com nota oito e meio (8,5). Eu, Prof. Dr. Damián Sánchez Sánchez, presidente da banca, agradei a participação de todos e declarei encerrada a sessão, e lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos membros da Comissão Examinadora. São Mateus, 15 de dezembro de 2020.

Orientador Prof. Dr. Damián Sánchez Sánchez
Universidade Federal do Espírito Santo

Membro Prof. Dr. Adelar João Pizetta
Universidade Federal do Espírito Santo

Membro Prof^a Mestra Ozana Galvão Baldotto
Secretaria Municipal de Educação de São Mateus - ES

Centro Universitário Norte do Espírito Santo - UFES
Rodovia BR 101 Norte, km 60, Bairro Litorâneo, CEP 29 932-540 Tel.: (27) 3312-1569
São Mateus – ES
Site eletrônico: <http://www.CEUNES.ufes.br>

Dedico esse trabalho a todos que fizeram parte da minha história vida e acadêmica:

A Lidiane e Maria Eduarda, minha
grande inspiração.

Jorge e Maria Auxiliadora, que me
deram a vida (in memóiriam)

Aos meus avôs paternos Alice e
Grimaldo (in memóiriam)

Aos meus avôs maternos Gilberto e
Izabel (in memóiriam)

Aos meus irmãos Ednéia, Maria
Aparecida, Marcos e Vanessa.

Aos meus Sobrinhos, Bruno, Jéssica,
Késsia, Davi Moreno Cardoso e Davi
Ferreira

À minha sogra, Maria Lúcia

As minhas cunhadas Elisa, Luciane e
Viviane

Meus cunhados Berto, Ednei, Geilson
e Josemar

Meus concunhados Diego e Maurício

A todos da família Santos, Ferreira e
Belarmindo

Ao meu tio João Aparecido

Aos amigos Zoel Bonomo e Helena
Dalvi e seus filhos Batista, Buno,
Mariana e Mônica

À família Toneto em especial a Luis
Toneto

Aos amigos Geraldo Fidêncio, Gorete
Valiati e Gustavo

Ao meu amigo Laerth Fundão
Cardoso, luta contra o câncer

Ao meu primo Elton e Marcele, lutam
contra o câncer

Professor Flávio Moreira (in memória)

Darlan Antunes Sobrinho (in memória)
Estudante do curso de Educação do
Campo

Josineia Floriano (in memória)
Estudante do curso de Educação do
Campo

Eloísio (in memória) Estudante do
curso de Educação do Campo

Ao músico Datan Coelho (in memória)

A Derli Casali (in memória)

A minha tia professora aposentada
Nely (in memória)

Ao amigo Mateus (in memória)

Ao Bispo Dom Paulo

Ao Bispo Emérito Dom Aldo Gerna

Ao Bispo Dom Ailton Menegusse,
Diocese de Crateús Ceará, meu ex-
reitor do Seminário Maior

Ao Pe. Belmiro, meu ex- reitor do
Seminário Menor

Ao Padre Patrik

Ao ex-professor Cristalino de Jesus

Aos militantes Glorinha e Magides da
RACEFFAES

A todos da comunidade Nossa
Senhora da Penha (Piqui) minha
comunidade de origem, em especial a
família do seu José Junior e Mateus
Ribeiro

Ao distrito do Palmito em especial a
família do Sr. Benedito Machado e
seu filho Mazinho (in memórian)

As escolas EUM Córrego do Piqui,
ECORM do Jirau, CEFFA de Jaguaré

Ao IFTAV Instituto de Filosofia e
Teologia da Arquidiocese de Vitória, a
Multivix de Nova Venécia-ES, ao
Salesiano de Vitória, a UNOPAR
Universidade Norte do Paraná a UCB
Universidade Católica de Brasília

A todos os moradores de Nativo de
Barra Nova, Campo Grande e Barra
Nova

As serventes da Ecom Maria
Francisca Brasilina, Catia, Elizabete
Maria Helena, Marinete, Marizete e
Uila

Aos educadores da Ecom Maria
Francisca Adevaldo, Alessandra,
Angela, Bianca, Cristiano Lula,
Daiane, Edinara, Ednólia, Elisângela,
Franciene ,Geraldo, Ilzete, Jemme,
Juliana, Lisângela, Lúcia, Matilde,
Neili, Norma, Patrícia, Raquel,
Reinaldo, Rosa, Tadeu, Weniton

As secretárias Elizabere e Sônia

A estagiária Adeliane e Adriana

A parte administrativa e pedagógica
Ana Rosa, Elenilce, katiúcia, Rosilea e
Zilmara

A turma Paulo Freire do 9º ano 2020
Alice, Ana clara, Arlison, Brian,
Clenilton, Cristopher, Edileuza, Elásio,
Fernanda, Filipe, Gabriela, Hiago,
Isabela Martins, Isabella Cecílio,
Izabelly, José Henrique, Késsia, Maria
Vitória, Rian Monteiro, Ryann Martins,
Roberta, Samuel, Sandila, Sara

Aos militantes Jerônimo, Francisco,
Pedro Real e Naldo do Nativo

Aos estudantes Pedro Lucas, Pedro
Henrique e Karolaine

Ao meu amigo Manoel da Velha que
canta quermesse nas comunidades

O seu Manoel e família

O seu João e Adália

O José Lima e Gracinha

O Francisco de Albane

O Paulo meu vizinho

O João Massucate locador

O Sr. Moisés meu vizinho

A Doriédson e Adriana

O Santo e Brasilina

O Silvio Santos

A Adecí de Sena

O Carlinhos Simeão

A Dona Binhinha

Aos cantores do coral Nossa Senhora
Aparecida Flávio, Juliana, Jocimar e
Luzinete

Ao meu amigo Márcio

A Léa Márcia e Nelson

Ao meu amigo Nóslen

Aos professores de Agricultura da
rede

Ao grupo de Cântico Mirim da
comunidade São José

A todos da comunidade Nossa
Senhora Aparecida do Mariricu em
especial o presidente Neron

A todos os moradores do Bairro Guriri

Aos Donos da franquia da Fioretto
Sorvetes: Pierre, Elisângela, Pietro.
Aos funcionários: Aparecida, Cássia,
Josiane, Jurandi, Victor

Ao meu Psicólogo Dr. Breno

A minha advogada Dr. Rita

A Cassia da Defesa Civil de São
Mateus

A Wasley Eng.Civil

A Vanderleia Vieira Eng. Civil

Aos movimentos sociais MST, MPA,
Quilombolas, MAB, Conselho
Municipal de Educação, Comitê
Municipal de Educação e ao

(SINDISERV Sindicato dos Servidores
Públicos de São Mateus)

A Prefeitura Municipal de São Mateus

A Secretaria Municipal de Educação
de São Mateus

A Câmara de Vereadores de São
Mateus

Ao Secretário de Municipal de
Educação José Adilson

Aos gestores da Educação do Campo:
Eliete, Fernando e Ozana

A Rosângela Bueno

Ao ex-prefeito Amadeu Boroto

Ao atual prefeito Daniel Santana

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me guiado por toda a minha trajetória no curso e por ter me dado forças para que eu nunca desistisse da caminhada.

Aos meus pais “In memórium” Jorge de Jesus Ferreira e Maria Auxiliadora dos Santos Ferreira, que não estiveram presentes para me acompanharem nessa caminhada. A memória deles esteve sempre comigo e acredito que contribuíram para a minha formação humana.

Aos meus irmãos Maria Aparecida, Edneia, Marcos e Vanessa, por estar sempre presente, pela amizade, carinho e apoio.

A toda a minha família pelo apoio que sempre me deram.

A minha esposa Lidiane, pelo carinho, amor, compreensão, paciência e pelo apoio que sempre me deu durante o curso.

A minha filha Maria Eduarda, pelo carinho, amor, alegria e incentivo para enfrentar e superar todos os desafios.

A todos os colegas de trabalho da ECORM Maria Francisca Nunes Coutinho, em especial a pessoa da Diretora Rosilea, pelo carinho, compreensão, amizade e pelo apoio que sempre me deram e é uma militante da educação do campo.

Ao professor Damiam por me orientar durante este trabalho e por toda ajuda durante o curso, pelos seus conselhos e me compreendeu nos momentos difíceis que passei nesta caminhada e nesta reta final.

Ao professor Ueber, que foi meu primeiro orientador e me incentivou no curso na minha formação acadêmica.

Ao professor Sandro, meu segundo orientador.

Ao professor Ailton, que foi o primeiro coordenador do curso.

Aos professores que aturam no corpo docente: Adelar, Andréia, Daniel M, Daniel J, Fernanda, Regina, Sandra, Sara, Simone B, Victor, Zaira,

A todos os estudantes da Ecorm Maria Francisca Nunes Coutinho, em especial a turma Paulo Freire do 9º ano do Ensino Fundamental II.

A todos os amigos das escolas em que atuei na EMEF Santa Rita de Cássia 2006, EMEF Aurélio Calimam 2006, na EMEF Marciano Altoé 2007, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Pedro Paulo Grobério do Município de Jaguaré-ES 2008, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Patrimônio Prata dos Baianos do Município de Ecoporanga-ES de 2009 a 2011, aos companheiros de trabalho da Secretaria Municipal de Educação de São Mateus nos anos de 2011e 2012, as Escolas Multisseriadas EPM Antônio Lima, EPM Antônio Maciel Filho, EPM Córrego do Rancho, EPM São Miguel 2013, CEIM Nossa Senhora Aparecida 2014, Ecorm Maria Francisca Nunes Coutinho de 2014 a 2020, EMEF Bom Sucesso, EMEF Dr. Arnóbio de Holanda 2015, E.E.E.M Ceciliano Abel de Almeida 2017, onde atuei como docente.

Agradeço a todos que fizeram parte desta trajetória, que contribuíram muito para a minha formação acadêmica e chegasse até aqui.

“A política surge não no homem, mas sim entre os homens, que a liberdade e a espontaneidade dos diferentes homens são pressupostos necessários para o surgimento de um espaço entre os homens, onde só então se torna possível a política, a verdadeira política. “O sentido da política é a liberdade”.

Hannah Arendt

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo investigar como as políticas públicas são aplicadas na Educação do Campo no Município de São Mateus, tendo como abrangência no campo da gestão na Secretaria Municipal de Educação. A pesquisa, também busca dialogar com outros parceiros que contribuem para as discussões, debates, elaboração de projetos de lei, pareceres para a normatização da Pedagogia da Alternância no município. [...] A historiografia de hoje exige temas problematizados, sobretudo nos meios acadêmicos... Ainda mais especificamente, pode-se dizer que um “problema de pesquisa” corresponde a uma questão ou uma dificuldade que está potencialmente inscrita dentro de um tema já delimitado... O “problema” tem geralmente um sentido interrogativo. [...] Nota-se ainda que um problema não precise estar necessariamente escrito sob a forma interrogativa. O seu sentido é que precisa ser interrogativo. Portanto, a presente pesquisa desenvolvida está baseada na administração municipal, como o município e o regime representativo no Brasil e no município de São Mateus, cópia do Parecer nº04/2012 Ata nº 009/2016 da sessão da Câmara de vereadores, cópia do Projeto de lei Nº004/2016 de autoria do Poder Executivo e cópia da Lei nº. 1553/2016, a Lei Nº1798/2020. Identificar as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de São Mateus para a implementação das políticas públicas para a Educação do Campo. Dialogar com os atores sociais que contribuem para as discussões, debates, elaboração de projetos de lei, pareceres e normatização da Pedagogia da Alternância no município, tais como: Câmara Municipal de Vereadores, Conselho Municipal de Educação, Movimentos Sociais do Campo (MST/MPA, etc.), entre outros.

Palavras chave: História, Educação do Campo, Políticas Públicas, Administração Municipal e Lei Municipal de Educação do Campo.

ABSTRAC

This research aims to investigate how public policies are applied in the Field of Education in the municipality of São Mateus, having as scope in the field of management of the Municipal Secretary of education. The research also seeks dialogue with other partners that contribute to discussions, debates, bills, opinions for the standardization of the pedagogy of Alternation in the municipality.[...] The historiography of today requires problematizes themes, especially in academia. Even more specifically, it can be said that a "problem" research is an issue or a difficulty that is potentially inscribed within a topic already defined. The "problem" usually has a interrogative sense. [...] Note that a problem does not necessarily have to be written in the form of a question. The sense is that your needs be questioning. Therefore, the present research is based on local government, as the city and the representative scheme in Brazil and in São Mateus, also collects data from Minutes of the Municipal Council of education, copy of Opinion No. 04/2012 Ata nº 009/2016 of the session of the Board of Aldermen, copy of Bill nº 004/2016 by the Executive power and the law No. 1553/2016, a law No 1798/2020. Identify the actions developed by the São Mateus Municipal Secretariat for the implementation of public policies for Rural Education. Dialogue with the social actors that contribute to the discussions, debates, drafting of bills, opinions and normatization of Pedagogy of Alternation in the municipality, such as: City Council of Councilors, Municipal Council of Education, Social Movements of the Field (MST / MPA , etc.), among others.

Keywords: History, Administration Municipal, field Education, Public Policies and bills.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
METODOLOGIA.....	45
1 HISTÓRIA: ATRIBUIÇÕES MUNICIPAIS.....	46
2 EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	56
3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	64
3.1 A EDUCAÇÃO DO CAMPO COM ESTRATÉGIAS E METAS ESPECÍFICAS NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	67
3.2 ATRIBUIÇÕES MUNICIPAIS.....	71
4. AS LEIS Nº. 1.553/2016 E DE Nº1798/ 2020, NORMATIZA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	87
ANEXO 1 PROTOCOLO EXTERNO DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA.....	90
ANEXO 2 PROJETO DE LEI Nº004/2016/PODER EXECUTIVO/EMENTA.....	91
ANEXO 3 PROJETO DE LEI Nº004/2016 "NORMATIZAÇÃO A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS-ES E DA OUTRAS PREVIDÊNCIAS".....	92
ANEXO 4 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO JUSTIFICATIVA PARA A APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº004/2016.....	105
ANEXO 5 OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DA CÓPIA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15/03/2016 QUE	

NORMATIZA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO	
MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS-ES.....	122
ANEXO 6 ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE APROVAÇÃO	
DO PROJETO DE LEI Nº 004/2016.....	123
ANEXO 7 LEI Nº. 1.553/2016.....	134
ANEXO 8 DECRETO Nº 10.633/2019.....	140
ANEXO 9 LEI 1.798	
"ESTABELECE E FIXA NORMAS PARA A	
OFERTA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NA	
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO	
MATEUS/ES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".....	145
ANEXO 10 QUESTIONÁRIOS.....	179

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como propósito investigar como as políticas públicas voltadas para a Educação do Campo são implementadas no Município de São Mateus no período de 2010 a 2020, tendo em foco as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de São Mateus e por outros atores sociais. Além disso, pretende-se analisar no contexto histórico os sistemas educacionais no Brasil, no Estado do Espírito Santo e no Município de São Mateus e quais os movimentos sociais que lutaram e continuam lutando pela educação do campo nos últimos dez anos de caminhada.

Mas, ao falar de educação do campo, faço um pequeno memorial, da minha história de vida e da minha caminhada na Educação do Campo no município de São Mateus-es.

Nasci no ano de 1979, no estado de São Paulo, no distrito de Salto de Pirapora. O meu pai Jorge de Jesus Ferreira trabalhava numa empresa de corte de eucalipto e ele transportava madeira. A empresa foi transferida para o Estado de São Paulo e, meu pai viu a oportunidade de crescer profissionalmente e decidiu acompanhar a empresa e com ele, foi o meu tio Antônio dos Santos, irmão da minha mãe, que hoje mora no Córrego dos Macacos e o meu tio Benedito Ferreira irmão do meu pai que hoje mora na Comunidade de São Pio X. A minha mãe Maria Auxiliadora dos Santos Ferreira, estava grávida na época de sete meses, e já tinha os meus três irmãos a Maria Aparecida, a Edneia e o Marcos. A minha mãe dizia que ela não queria ir embora, pois a família dela e a do meu pai, moravam próximos na Comunidade chamada Rio de Sul do Município de Jaguaré-ES, e eles moravam na Comunidade da Paulista que fica no distrito de São Mateus-es. Como a minha mãe não tinha opção de escolha, ela me contava que com três filhos e esperando outro, ela tinha que acompanhar o meu pai, sendo assim, foi embora contra a vontade dela deixando todos os familiares. Chegando a Salto de Pirapora, com quinze dias que eles estavam morando na cidade, ela teve uma eclampse e estava com sete meses de gestação, ela passou mal e quase que foi a óbito, pois tiveram que levar as pressas para o hospital. Foi então, que eu nasci eu tive que ficar numa incubadora

por dois meses, e a minha mãe, ficou vinte e cinco dias internada para recuperar a sua saúde. O meu pai ficou trabalhando e cuidando dos meus irmãos.

No ano de 1981, nasceu a minha irmã Vanessa Ferreira, e antes dela, a minha mãe perdeu um bebê, mas, no ano seguinte chegou a minha irmã mais nova. No ano de 1983, o meu pai sofreu um acidente de caminhão ao fazer uma ultrapassagem forçada e no impacto ficou imprensado pela carga e eucalipto e não suportando os ferimentos veio a óbito. A minha mãe contava que a notícia da sua morte foi da forma mais dolorosa possível, pois os policiais saíram de casa em casa com o documento de identidade e perguntando quem era aquele homem da foto, quando encontrou o nosso endereço e perguntou para a minha mãe, ela respondeu que era o marido dela, eles comunicaram que o mesmo havia falecido num acidente de caminhão. Foi um momento muito difícil para a minha mãe, pois ela tinha 28 anos e tinha cinco filhos para criar. Ela ficou até o ano de 1984 e nesse mesmo ano, nós mudamos para a casa da minha avó Izabel dos Santos no Córrego dos Macacos, no Município de São Mateus-ES.

No ano de 1985, foi o meu batizado, na igreja de Nossa Senhora de Aparecida, na comunidade do Palmito, que ficava a 4 km, da nossa casa, foi nesse ano, que iniciou a luta pela terra do MST (Movimento dos Trabalhadores Rural Sem Terra, no Norte do Espírito Santo, no km 41. No dia do meu batizado, me recordo das campanhas de alimentos que a igreja católica fazia para doar para os assentados da reforma agrária, no km 41. Nessa luta pela terra, os meus tios Egilson dos Santos e José Carlos dos Santos, foram para o acampamento para lutarem pela posse da terra. Nesse ano, aconteceu a Marcha Nacional da Reforma Agrária. A minha avó Izabel e os filhos dela, ficaram preocupados quando os meus tios foram para a Marcha, eles saíram num domingo com suas bandeiras do MST, e partiram em busca pela terra. Os meus tios Ficaram assentados por quatro anos e depois se mudaram para a cidade de São Mateus-es a procura de emprego na empresa de plantio de eucalipto e trabalharam lá por muitos anos.

No ano de 1987, eu iniciei os meus estudos na EUM Córrego do Piqui, uma escola multisseriada, onde tinha estudantes de idades de 7anos e 22 anos, estudavam

juntos da 1ª série a 4ª série do ensino fundamental I. Era como uma guerra, pois os meninos que tinham mais de 10 anos, não passavam da 2ª série e ficavam reprovados por muitos anos. Eu não tive muita dificuldade nos estudos, consegui fazer em quatro anos, mas, brigava com todo mundo e ficava sem o recreio quase todos os dias. A minha primeira professora foi a minha tia Diná, que se casou com o meu tio Benedito Ferreira. Ela me beliscava todos os dias, porque eu não era gente, implicava com todo mundo e brigava com todos os colegas. Na 2ª série, a minha professora foi a Janete, ela era mais calma e gostava de ensinar as crianças. Só tinha dificuldade para controlar os marmanjos, pois quando eles começavam a brigar, parecia que estavam numa guerra, e ela desesperada, pegava uma vassoura e começava a gritar “meninos parem com isso”, e eles cortavam na pancada, rasgavam a camisa uns dos outros e quando acabava o recreio, todos entravam para a sala de aula bufando igual a um búfalo, e as brigas continuavam na estrada para casa. A merenda, quem fazia era a professora. Depois a dona Isaura, esposo do seu Arlindo é quem começou a fazer a merenda na sua casa. Depois de alguns anos é que foi efetivada uma servente para a escola. O estudo da 1ª série a 4ª série foi finalizado em quatro anos, e os colegas que já tinham dez anos, continuaram estudando a 2ª série.

No ano de 1991, iniciei os meus estudos do ensino fundamental II na Escola Comunitária Rural Municipal de Giral. Na minha região, a escola mais próxima para cursar o ensino fundamental era a EMEF Santa Rita de Cássia e a EMEF da Paulista. Nessa época o ensino fundamental II, funcionava a noite e a minha mãe, não deixou estudar nesse horário, pois ela não oferecia muita segurança. Na época, a minha irmã, Maria Aparecida, estudava na Escola Família de Jaguaré, ela era aluna de Glorinha e Magides e, conversando com eles sobre a minha situação, eles ficaram comovidos e decidiram serem os meus padrinhos de estudos, durante os quatro anos que estudei na ECORM do Giral, eles pagaram a minha sessão. Na época, havia a necessidade de me deslocar da região do Córrego dos Macacos e ir para Jaguaré aos domingos para embarcar para a comunidade do Giral. Era uma luta constante, pois muitas vezes, o ônibus passava e não me via no escuro e me deixava para traz. Nessa época, estudava comigo o Aaurí Vieira da Conceição. No primeiro ano, nós ficávamos na EFA de Jaguaré, ou na casa da Glorinha. No

segundo ano, a Glorinha e o Magides, foram trabalhar na EFA de Vinhático, e quem nos acolhia era o Damian e a Marilei (Beta), que foi a nossa professora de Matemática na 5ª série.

Na ECORM do Giral, na época não tinha dormitório, quem acolhia os estudantes, era as famílias da comunidade. No ano de 1991, quem me acolheu, foi à família do Luis Toneto, agricultor e produtor de café conillon e de pimenta do reino. O meu colega Aduarí, ficou na casa do pai do Luis, o seu Isaiás Toneto. No ano de 1992, o Aduarí continuou na casa do seu Isaiás, eu fui para a casa do meu colega Amibael na primeira sessão. Depois fui acolhido na casa do Sr. Zoel Bonomo e Dona Helena Dalvi. Nessa época, tive dificuldade de ser acolhido, pois as famílias não queriam me acolher na comunidade, pois apresentava problemas de saúde, e isso dificultava a minha acolhida. O Zoel Bonomo era Vice-Prefeito de Jaguaré na época e me acolheram com muito carinho. O seu filho Batista Bonomo, estudava junto comigo, o Bruno na 7ª série, a Mariana na 4ª série e a Mônica estudava no EFA de Jaguaré. Fiquei na casa do Sr. Zoel, até terminar a 8ª série. Foi um período de muito aprendizado, pois a família tinha uma produção diversificada, produzia café, pimenta do reino e na pecuária criação de gado leiteiro, suínos e aves. Todos os dias nós íamos para o curral ajudar a tirar leite, eu ficava encima da bancada recebendo os baldes de leite, pois ainda não sabia tirar leite, mas, aos poucos fui aprendendo. A dona Helena passou aperto comigo na época, mas, com muita sabedoria, soube me educar, como se fosse a minha mãe. O Sr. Zoel, também contribuiu muito para a minha formação humana e em outros aspectos, ele gostava de falar de política, religião, cultura, música. Nesse período, que ele fez a composição da música “A voz da maioria, que faz parte da coletânea Canções que lutam! MST 35 Anos de 1984-2019. Quando o seu Zoel estava compondo essa música, ele sempre me perguntava se estava ficando boas as estrofes, e como eu era muito leigo na parte musical, respondia que estava muito bom. Nesse período, tive contato com Marquinhos Monteiro e Adilson Monteiro, que tinham uma banda de forró e ensaiavam na casa do seu Zoel. O Marquinhos e a minha irmã Maria Aparecida estudaram juntos na EFA de Jaguaré, e é compositor das músicas Estou aqui por quê?; Quem diria; Sem Terrinha em Movimento”. Junto com o seu irmão Adilson Monteiro são compositores das músicas “Novo Amanhecer”; “Rock da Reforma”. O Adilson Monteiro é o

integrante da Banda Trio Papo 10 e mora na Comunidade do Giral. Atualmente, a mãe do Marquinhos e do Adilson, mora no Córrego do Macaco.

Os educadores que faziam parte do corpo docente no início do ensino fundamental II eram Delcília Prof. de Língua Portuguesa, Marilei (Beta) Prof. de Matemática, João Bonomo Prof. de Ciências, Derli Casali Prof. de Ensino Religioso. Os educadores foram muito importantes para a minha formação humana, profissional e na militância, pois o aprendizado que todos eles transmitiram, foi para a vida toda. Foi no Município de Jaguaré que pude conhecer o Flávio Moreira, que na época, trabalhava como técnico da Secretaria de Educação e Cultura. Recordo-me de uma situação que os estudantes da minha turma éramos da 7ª Série, nós não estávamos satisfeitos com algumas demandas que a escola havia solicitado à Secretaria de Educação e não tinha sido solucionada. Os estudantes decidiram ir da comunidade do Giral até a Secretaria que ficava a doze quilômetros dali, nós fomos a pé, quando chegamos à Secretaria, quem nos recebeu foi o Flávio Moreira, que respondia pelas Escolas Comunitárias. Ele achou a atitude muito corajosa e desafiadora, mas, nos atendeu e ficou preocupado com o nosso retorno para a escola. Na época, ele pediu para um motorista da prefeitura nos levar numa caçamba. Quando chegou à comunidade do Giral, ele levantou a caçamba e só se viu estudantes pular para todos os lados. A Dona Helena me chamou a atenção, pois eu não havia comunicado da minha saída junto com a turma, pois eu estava sobre a responsabilidade da família que me acolhia. Como eu sempre tive que tomar muitas iniciativas na vida e ter coragem para tomar as minhas decisões, às vezes, eu não era muito obediente. O filho dela o Batista que estudava comigo na mesma turma, me avisou que ele não iria. Mas, eu falei que eu iria para ajudar a turma. Na época, eu pedi desculpas por não ter comunicado e que em outra ocasião, não sairia sem comunicar a família da qual eram meus responsáveis. Apesar de ter levado um belo puxão de orelha, fiquei muito satisfeito com o meu ato de coragem. O Flávio Moreira fui encontrá-lo depois no Curso de Licenciatura de Educação do Campo na UFES, depois de muitos anos, mas isso foi por pouco tempo.

A conclusão do ensino fundamental, foi no ano de 1994, na época foi um momento difícil, pois eu tinha muita dificuldade na matéria de matemática, sendo assim, fiquei

para recuperação final, na festa de concludentes, todos os colegas assinaram a documentação de caneta azul, e eu assinei a lápis, pois tive que tentar o último recurso e fiquei mais um tempo na casa de dona Helena. Na época, ela chamava a minha atenção, pois ela sabia da luta que a minha mãe tinha para criar os filhos oferecer a educação com muita dificuldade.

No ano de 1995, foi o meu ingresso na EFA (Escola Família Agrícola de Jaguaré-ES), foi outro momento em que a minha mãe decidiu que seria melhor eu estudar na escola do campo, pois éramos camponeses e a escola de ensino tradicional, não teria muitas vantagens. Na época, tentei convencê-la, mas, ela não concordou. E essa decisão foi muito importante, pois na escola do campo, pude conhecer várias pessoas e muitos amigos do ensino fundamental, ingressaram no Curso Técnico. Na “EFA”, conheci estudantes de vários municípios de Jaguaré-ES, São Mateus-ES, Linhares-ES, Rio Bananal-ES, Aracruz-ES, Vila Valério-ES, também tinha estudantes de outros Estado do Amapá e do Piauí.

Os educadores que faziam parte do corpo docente eram Arthur Prof. de Zootecnia, Cristalino de Jesus Prof. de Matemática, Célia Fiorine Prof. de Língua Portuguesa, Joaquim Prof. de Biologia, Marci Prof. de Agricultura e Culturas, Madalena Prof. de Espanhol e Geografia, Rosiléa Alves dos Santos Prof. de História e a Secretária era a Silvana París, filha de Túlio París ex-prefeito de Jaguaré-ES. O Prof. Cristalino, me ajudou muito nas aulas de matemática e nos acertos das sessões que eram cobradas no final de ano, ele sempre cobria as sessões que eu não tinha condições de pagar. A Prof. Rosiléa, também me ajudava muito dando muitos conselhos, pois tinha momentos que ela precisava dar uns puxões de orelha para que eu tomasse um rumo na vida e até hoje isso acontece. A Rosiléa é uma militante da Educação do Campo do Município de São Mateus-ES. O Cristalino de Jesus, já está aposentado, assim como a Madalena já está aposentada. Os outros professores, muitos deles eu não tive notícias, a Célia Fiorine continua trabalhando como professora efetiva do Estado no Município de Jaguaré-ES, os outros professores, não teve mais contato. Os colegas da turma o contato que temos é pelo grupo nas redes sociais.

A minha trajetória até o ensino médio, foi muito interessante. Mas, foi nessa época, que eu pude ter os primeiros passos com a música, pois quando iniciei o ensino médio é que comecei a tocar violão. A minha irmã Maria Aparecida, viu o meu interesse pelo instrumento e me ensinou os primeiros passos. Depois, comecei a tocar na igreja na Comunidade Nossa Senhora da Penha no Córrego do Piqui, da qual eu fiz parte até os meus vinte e três anos e ajudava na comunidade no grupo de cântico, como mensageiro, catequista de crianças e jovens, fui Líder Comunitário nos anos de 2001 e 2002 e, participava dos encontros da Pastoral da Juventude como formador junto com o Padre Ailton Menegussi e a sua equipe de formação.

No ano de 2002, também trabalhava na propriedade da família e trabalhava como diarista para os meus vizinhos Alfredo, Luzia Moura, Mateus Ribeiro. Trabalhei muito na colheita de café, a minha carteira foi assinada pela primeira vez como Trabalhador rural na propriedade do Ex-prefeito de Jaguaré-ES Evilázio Latoé que fica na comunidade de Fátima, mas, trbalhei muito para o Zelino Bizzi que fica no Córrego da Abóbora, além de colher café trabalhei enchendo sacolas para fazer mudas de café. Como eu tinha muita habilidade enchia 1500 sacolas por dia, sendo assim, eu conseguia tirar a mesma renda da colheita de café. Depois de ter trabalhado no viveiro do Zelino Bizzi, fui contratado por várias pessoas na Comunidade do Piqui para encher sacolas para fazer mudas de café. Além de trabalhar com essas atividades, também trabalhava batendo veneno nas propriedades de café, os tratos culturais das lavoras de café a poda, desbrota, adubação, capina e outros. Também fazia cerca com o senhor José Junior, plantava capim e enchia caminhão de madeira para fazer carvão. Até os meus 23 anos, fiquei trabalhando no campo realizando diversas atividades. Ainda no ano de 2002, saí do campo para tentar a vida na cidade de São Mateus, fui fazer curso de técnicas para ser vendedor externo numa empresa da Panasonc chamada PANAPROGRAN, trabalhei uns três meses e morava na casa da minha tia Gerusa. O meu tio certo dia, percebeu que as vendas estava sendo fraca, foi conversar comigo. Como ele não sabia conversar, no momento em que eu fui pegar a comida, ele pediu que eu deixasse para os outros comerem. Na verdade, ele estava pedindo para que eu

fosse embora da sua casa. Depois a minha tia me chamou e explicou a situação. Na época, me senti humilhado, fiquei muito decepcionado, mas, voltei para a casa da minha mãe e voltei a fazer as atividades do campo.

Depois nos anos de 2003, comecei a participar dos encontros vocacionais para a seleção de candidatos para ingressar no Seminário Menor da Diocese de São Mateus-ES, sendo que no ano de 2002, fiz a formação para Ministro da Comunhão e atuei até o ano de 2003. Foi no ano de 2002, que eu conheci a Lidiane Moreno Mendes. Começamos a namorar e ficamos por cinco meses. Depois ela pediu um tempo e terminamos o namoro. No final do ano de 2003, fiz o pedido ao Padre Ailton para participar do último encontro vocacional que aconteceu na Paróquia de Vila Valério. Em seguida, fui encaminhado para o estágio que aconteceu em Vargem Alta que fica no Sul do Estado do Espírito Santo. No estágio, tinha pretendentes para ingressar no seminário das quatro Dioceses a Arquidiocese de Vitória-ES, a Diocese de Colatina-ES, de Cachoeiro de Itapemirim-ES e a Diocese de São Mateus-ES. O estágio era de uma semana, e todos os colegas que foram representando a Diocese de São Mateus-ES, ingressaram no Seminário Menor para fazer o propedêutico no ano de 2004 que foram Angelo, Adriano, Carlos Henrique, Eduardo, Pascoal, Leandro e Leonardo. Cada seminarista era de uma Paróquia. No Seminário já estavam fazendo o propedêutico o Édson, Evandro e Rogério. O Reitor daquele ano era o Padre Belmiro.

A partir desse ingresso no Seminário Menor, a minha vida mudou muito, pois tive a oportunidade de aprender muitas coisas novas e conviver com as pessoas que não tinha conhecimento. Foi muito desafiador. As atividades que eram desenvolvidas no internato eram muito parecidas com a Escola Família, porém com uma formação voltada para a religião. A rotina no Seminário era missa às 06h00 da manhã ou às 18h00 da noite e cantavam-se os salmos pela manhã ou à noite. As aulas que estudávamos eram de Língua Portuguesa com muita escrita de redação, de Introdução a Filosofia, de Metodologia Científica e outros estudos com o Padre Belmiro. As aulas de Inglês e Informática eram realizadas fora do Seminário. No final do ano de 2004, com o parecer do Reitor do Seminário Menor e a carta de encaminhamento do Bispo Dom Aldo Gerna, foram ingressados no Seminário Maior

da Diocese de São Mateus-ES Eu, o seminarista Adriano, Ângelo, Carlos Henrique, Leonardo e Pascoal. A nossa turma foi a primeira a prestar vestibular para ingressar na Faculdade Salesiana de Vitória-ES.

No ano de 2005, ingressamos no Seminário Maior da Diocese de São Mateus-ES. Fomos recepcionados pelo Reitor do Seminário Maior o Padre Aílton Menegussi, que hoje é o Dom Aílton Menegussi Bispo da Diocese de Crateús no Estado do Ceará. Os seminaristas da turma de Filosofia e Teologia também nos receberam muito bem. Na época os seminaristas eram o Alessandro, o Amarildo, o Éder, o Edson, o Elder, o Enizael, o Fernando, o João Batista, o Marcos, o Sidnei, o Uélinton, o Valdnei, o Wagner e o Weverton falecido em 2006, após sofrer um acidente automobilístico e o mesmo ficou internado seis meses.

Ao ingressarmos no Seminário Maior, as coisas começaram a mudar, pois as atividades que eram realizadas no propedêutico como lavar roupas e fazer outras atividades não podiam ser feitas no outro seminário, porque o tempo era organizado para o estudo da filosofia que cursei o 1º período as disciplinas de História da Filosofia Antiga; Introdução à Filosofia; Língua Portuguesa; Metodologia da Pesquisa Científica e da Pesquisa Filosófica; Sociologia Geral e Psicologia Geral. O 2º período cursei as disciplinas de História da Filosofia Medieval; Antropologia Filosófica I; Lógica; Filosofia da Educação e Práticas e Vivências I. Os momentos de orações eram os mesmos, mas, cada dia um ficava responsável para preparar as orações, quem tocava instrumentos musicais, tinha a função de tocar todas às missas, que acontecia todos os dias, sendo assim, quem tocava todos os dias era eu tocava o violão e o seminarista Carlos Henrique tocava o teclado. As tarefas de fazer café da manhã e comprar o pão eram realizadas pelos seminaristas, cada dia, uma pessoa ficava responsável para realizar essa tarefa, também era responsável para arrumar a mesa do almoço e do jantar, após cada refeição, tinha uma equipe que lavava as louças e organizava a cozinha. O dia de fazer a limpeza geral acontecia sempre nas terças-feiras, sendo que cada um era responsável de limpar o seu quarto e o banheiro que era dividido com um colega vizinho de quarto. Eu era vizinho do seminarista Marcos de Ecoporanga-ES. O esporte acontecia todos os dias e era futebol de travinha e vôlei. Toda semana, além dos estudos e das

atividades da casa, nós fazíamos acompanhamento psicológico, no seminário quem atendia era a Psicóloga Mariana Bonomo, filha de Zoel Bonomo. Na época, eu não pude fazer acompanhamento com a Mariana, pelo fato de ter morado três anos na dela na comunidade do Giral. Sendo assim, fui encaminhado para fazer acompanhamento com a Psicóloga Ângela que atendia na Rua Leitão da Silva, no Município da Grande Vitória-ES. A doutora Ângela, foi a minha acompanhante no estágio para o ingresso no seminário. A doutora me ajudou muito a decidir a minha vocação, até o momento que eu tive que pedir para sair da casa de formação. Foi um momento muito difícil, pois esse era um momento que somente eu poderia decidir. A todos que tentei pedir ajuda o reitor, o bispo, o diretor espiritual, todos falavam a mesma coisa, a decisão é sua. Na verdade, muitos motivos fizeram com que eu desistisse da caminhada. Primeiramente, deixo claro que ao ingressar na vida religiosa, eu estava querendo me libertar da minha mãe, que me protegia muito, ela me orientava, mas, ficava insegura com medo que eu seguisse a profissão do meu pai que era caminhoneiro e perdeu a vida na estrada. Essas atitudes da minha mãe me deixaram preso por muito tempo, pois ela também me passava insegurança. Sendo assim, o seminário foi uma válvula de escape. Outras situações foram determinantes para a minha saída, pois num certo dia, briguei com o vigário geral da Diocese de São Mateus-ES o Padre Emílio, pois fiquei decepcionado com a atitude que ele teve para comigo e o meu colega Sidnei. Ele havia convidado para participar da missa do ato concreto da Campanha da Fraternidade de 2005 “Água Fonte de Vida”, e ao chegarmos à casa paroquial, tivemos um desentendimento, pois ele nos deixou na rua, ele explicou que não tinha condições de nos receber, pois estava sem cozinheira. Mas, no mesmo ano, ao participarmos da semana santa, ele nos acolheu muito bem. Ao ver aquela situação, o meu colega Sidnei ficou decepcionado também e disse: padre para onde nós vamos? Ele pediu para que fossemos para o Seminário Menor, pois o Padre Belmiro iria nos acolher. Foi nesse momento que eu perdi a paciência e disse a ele que nós não éramos cachorro para ficarmos no meio da rua, e o Padre Belmiro, estava chegando do Estado de Rondônia e não tinha nenhum conhecimento daquela situação e não era obrigado a nos acolher. Demos boa noite e saímos para ficar no Seminário Menor. Chegando lá, quem nos acolheu foram os seminaristas, porque o Padre Belmiro ainda nem

tinha chegado de viagem. Quando ele chegou, nos recebeu com muita cordialidade. Ao retornar para o Seminário Maior, foi o momento em que as coisas foram tomando outros rumos. Na época, a Lidiane entrou na minha vida novamente. Ela começou a ter contato comigo novamente e decidimos fazer outros projetos de vida e, nas aulas de Antropologia Filosófica I, o Padre Éder Salvador colocava pressão, foi então que decidi pedir para sair do seminário no 2º período de Filosofia. Foi um momento muito difícil, porque o meu pedido foi feito no mês de agosto de 2005 e o Reitor Ailton Menegussi pediu para que eu ficasse até o final do ano. Sendo assim, fique até terminar o ano e foi feito o comunicado ao Bispo da minha saída. O Padre Ailton ficou muito triste, pois ele conhecia a minha caminhada e a minha história de vida e segundo ele, eu iria ajudar muitas pessoas na igreja. Mas, como eu já tinha tomado a minha decisão, no dia 06 de dezembro de 2005, retornei para São Mateus-ES. Foi uma nova etapa da minha vida, pois nesse momento, passei por muitas dificuldades para adaptar-me a vida normal novamente. Como eu não tinha terminado a minha formação do curso de filosofia, as coisas ficaram pioraram, mas, eu fui persistente e não desanimei. Foi aí, que a Rosiléa que já sabia da minha caminhada e de toda a minha história de vida, pediu ao seu companheiro Laerth que era dono da franquia Fioretto Sorvetes, para que eu trabalhasse no verão de 2006. Foi o meu primeiro trabalho depois que eu saí do seminário. Depois, eu retornei para a casa da minha mãe e, não foi um momento fácil, pois os conflitos foram constantes, eu tinha outro pensamento, o mundo era totalmente diferente da realidade da minha família, eu tinha projetos de vida, queria continuar estudando, mas, não foi tão simples assim. Novamente saí de casa e fui morar na casa da minha irmã Maria Aparecida e fui trabalhar como ajudante de gesso com os meus amigos Cacau e Leandro, filhos do seu Benedito do distrito do Palmito. Trabalhei por algumas semanas e depois fui trabalhar para o Alex morador do bairro Boa Vista que fica em São Mateus-ES, amarrando ferragem para fazer um prédio. Trabalhei por um mês e quando ele foi me pagar, ele me pagou cinquenta reais. Eu quase enlouqueci, pois na época eu estava estudando no Curso de Administração de Empresas na UNIVEN, que hoje é a MULTIVIX, e tinha que pagar as passagens de ônibus e a mensalidade da faculdade. Foi um momento muito difícil. Como eu havia espalhado currículo em várias empresas, fui chamado para trabalhar num viveiro de produção de mudas de

eucalipto, foi a segunda vez que a minha carteira foi assinada como trabalhador rural, isso ficava na vila Paulista, lugar onde os meus pais moravam antes de irem embora para o Estado de São Paulo. Fiquei trabalhando por trinta dias na empresa, foi quando eu fui chamado para trabalhar como professor de TA (Técnicas Agrícolas) na EMEF Santa Rita de Cássia, que fica no Município de Jaguaré-ES, indicação da minha amiga Rosiene Barros que estudou comigo na EFA de Jaguaré-ES. Foi um momento de muito aprendizado, mas, também foi um momento muito difícil, pois estava sendo a minha primeira experiência como docente e a Diretora da escola era a Marilei (Beta) que foi a minha primeira professora de matemática na 5ª série na Ecom do Giral. Ela teve muito trabalho comigo e teve que ter muita paciência, porque eu não tinha experiência e tudo era novo. Na época, ela para me ajudar e eu agradeço muito pela atitude dela, me encaminhou para eu fazer acompanhamento psicológico com o Psicólogo Carlos, que atendia na Secretaria de Educação e Cultura de Jaguaré-ES. Foi muito importante, pois ele me ajudou a resolver muitas questões que ainda estavam ligados a problemas familiares e a saída do seminário. O curso de Administração de Empresas teve que trancar o curso, pelo fato de não ter domínio na matemática. Nas disciplinas de história da administração e de contabilidade, tive bons resultados, as outras disciplinas foram feito aproveitamento e fiquei cursando somente três disciplinas, mas, fiquei reprovado em matemática.

No ano de 2007, fiz a minha inscrição para professor de TA, no Município de Jaguaré-ES, com o tempo de serviço que havia adquirido, foi possível ser classificado e fui trabalhar na EMEF Marciano Altoé, que fica no Bairro Boa Vista, também conhecido como Manjuba. A diretora da escola era Bete Nardi, tinha uma experiência com o trabalho docente e com os movimentos sociais, isso me deixou muito seguro, mas, apesar dela oferecer segurança, ela sempre falava para que eu aproximasse mais do coletivo, porque eu estava um pouco amedrontado. Aos poucos fui me aproximando dos colegas e me envolvendo no trabalho de equipe. Foi um momento muito difícil, pois decidi sair da casa da minha mãe novamente e morar na casa meu primo Adriano Ferreira, na época ele tinha uma banda de forró, e eu era o guitarrista da banda. Morei com a família dele durante um mês, depois ele pediu para que eu arrumasse uma casa para alugar. Ao sair à procura de um lugar

para morar, encontrei um senhor que estava num galpão fazendo serviço de marcenaria e me acolheu com muito carinho que foi seu Geraldo Fidêncio e a dona Gorete Valiati. Naquela época foi muito difícil, pois o meu salário era de trezentos reais e recebia um tíquete de alimentação de cento e cinqüenta reais. O meu primo Adriano havia feito compra com o meu ticket no supermercado e utilizou o limite para dois meses. Sendo assim, quando eu fui morar de aluguel, tive que pagar o locador o valor de cento e cinqüenta reais e o restante foi para passar o mês. Como surgiram outras prioridades e na época eu estava cursando pela UCB (Universidade Católica de Brasília) para o Curso de Filosofia influenciado pelo colega de trabalho Marcos professor de filosofia da rede estadual, que ao descobrir que eu tinha cursado dois períodos de filosofia no Salesiano de Vitória, me indicou esse curso a distância e era o meu vizinho no centro da cidade e o dinheiro do mês, deu para pagar a faculdade e o aluguel, restando apenas trinta reais para passar o mês. Foi o mês mais longo da minha vida, pois o que deu para comprar foram algumas frutas e a alimentação me alimentava da merenda da escola as 09h30min da manhã e não almoçava só me alimentava as 15h30min no recreio da tarde. Foi assim, por trinta dias. No outro mês que as coisas começaram a melhorar. Como eu tinha dificuldades para estudar, não tinha computador e não tinha internet, as atividades eram realizadas na Lanhouse. Ainda no ano de 2007, que a minha namorada Lidiane que trabalhava num escritório de contabilidade conseguiu arrumar um computador usado para eu comprar por duzentos reais. Era tão antigo que demorava quase meia hora para ligar. Mas, consegui vencer os obstáculos. Nesse ano, faleceu o meu avô paterno Grimaldo de Jesus Ferreira, um camponês apaixonado pela terra e pela luta dos trabalhadores amava os filhos, os netos e bisnetos. Incentivou-me muito com a sua sabedoria.

No ano de 2008, fui chamado para dar aula de filosofia na EEEM. Pedro Paulo Grobério. Fui indicado pelo colega de trabalho do Marciano Altoé Juscelino, que era técnico da Secretaria de Educação e Cultura de Jaguaré-ES e professor de matemática da rede municipal. Trabalhei com quatro turmas sendo duas de primeiro ano do Ensino Médio com a disciplina de filosofia e duas de terceiro ano no turno matutino. Trabalhei com duas turmas de primeiro do Ensino Médio e duas do terceiro ano no turno vespertino e duas turmas de primeiro ano do Ensino Médio na

modalidade EJA. Foi um momento de muito aprendizado e desenvolvimento na minha vida profissional. Devido estar cursando o 1º período de Filosofia na UCB, no ano de 2009, não tive condições de retornar para a área de filosofia. Nesse ano de 2008, faleceu a minha avó paterna, uma camponesa que amava os filhos, os netos e bisnetos e que me dava muitos conselhos.

No ano de 2009, trabalhei na Fioretto Sorvetes, como era de costume sair da sala de aula e trabalhar para o Laherte no verão. Como não retornei para a sala de aula, fiquei seis meses na casa do Laherte e da Rosiléa. A nossa rotina era pescar todos os dias no rio Cricaré, pescava camarão da amalásia. Em julho de 2009, o Laherte conversou com o Benedito dono do Vamp Lanches de São Mateus-ES e fui contratado para trabalhar, foi à terceira vez que a minha carteira foi assinada. Trabalhei trinta dias, mas, eu tinha feito a inscrição para trabalhar no Estado no Programa Projovem Campo Saberes da Terra Capixaba. Fui classificado e fui chamado para trabalhar em Prata dos Baianos. Pedi para o Benedito dar baixa na minha carteira e ele ficou muito triste, pois como eu era de confiança, ele tinha vários planos comigo na sua empresa, mas, agradei pela confiança e fui para o Município de Ecoporanga-ES. Chegando lá, conheci a Diretora Marlene que me acolheu com muito carinho. No programa, já estavam trabalhando as professoras Elenice Rosa Valério Babeles, na área de Ciências Humanas, Elzely Alves Curty na área de Código e Linguagens e a professora Sâmia Bottecchia Caetano na área de Ciências da Natureza e eu trabalhei com a área de Ciências Agrárias. Foi um momento de grande aprendizado, pois o programa era coordenado pela UFES de Vitória-ES. Os coordenadores do projeto eram a Prof. Edna Castro de Oliveira, o Prof. Jeferson Gonçalves Correia e o Prof. Paulo Cesar Scarim. No trabalho com os estudantes da EJA, foi uma experiência fantástica, pois os estudantes tinham aquela vontade de aprender, mas, muitos desafios foram surgindo na caminhada. Foi necessário um conhecimento da realidade dos educandos e participar da comunidade local para avançar no trabalho. Foram muitas discussões e conflitos entre a equipe de educadores, mas, aos poucos o trabalho trouxe alguns resultados e confiança para os estudantes e para as pessoas da comunidade. A parceria com a Secretaria de Educação de Ecoporanga-ES, a Prefeitura e o Prefeito Elias Dalcou, contribui muito para a realização de muitas parcerias como visitas de estudos e

outros projetos como a criação da AMPRABA (Associação de Moradores de Prata dos Baianos). Esse trabalho foi realizado com os moradores da comunidade principalmente com o morador Romildo da Prata, que contribuiu muito com os serviços de registro no cartório de Ecoporanga-ES. Trabalhei na Escola Estadual de Ensino Fundamental “Patrimônio Prata dos Baianos de Agosto de 2009 a setembro de 2011. No ano de 2010, faleceu a minha irmã mais velha do meu pai a tinha Gracinha, que morava na Comunidade São Miguel, uma camponesa que lutava para criar as filhas junto com o meu tio Miguel Rainha. A minha mãe, foi me visitar em novembro de 2010 e, deu a notícia que ela havia falecido.

No ano de 2011, foi o ano que a minha mãe faleceu. Ela estava na casa da minha tia Gerusa, foi levada para o hospital, mas, não descobriram as causas da morte só foram diagnosticadas no laudo. Foi um momento muito desafiador, pois eu estava trabalhando na escola da Prata dos Baianos quando essa fatalidade aconteceu. Mas, com a ajuda dos amigos e colegas de trabalho, consegui superar a dor e o sofrimento da perda inesperada. O meu amigo Romildo, é quem fez o comunicado que a minha mãe estava passando mal. Pedi para que ele me trouxesse até o Córrego dos Macacos que da Prata dos Baianos dá em torno de duzentos quilômetros. Ele se prontificou em me trazer e eu disse que ela já havia falecido. Ele não confirmou. Ao passar pelo km 35 na Rodovia de Nova Venécia a São Mateus-ES, nós paramos no posto para abastecer e ele não falou da morte da minha mãe. Quando chegou na ponte do Rio Bamburral que ele parou a moto e falou que a minha mãe já tinha falecido. Lembro-me muito bem que ao receber o comunicado, eu disse a ele que eu já sabia do acontecimento. Ele ficou assustado com a minha atitude. Pedi para que continuasse a viagem e prosseguimos até o centro da cidade e entrei em contato com as minhas irmãs para confirmar onde que o corpo estava. Foi um momento muito triste, a minha mãe, ficou viúva com 28 anos e nunca mais teve outro relacionamento, criou os filhos sozinha com muita dificuldade, mas, não abandonou ninguém. O que ela pode oferecer foram uma boa educação e os estudos, pois ela cursou até a 4ª Série do primário e casou-se com 16 anos.

Em setembro de 2011, o Programa Projovem Campo Saberes da Terra Capixaba foi finalizado. Cada colega de trabalho tomou um rumo diferente. A Elenice continuou

trabalhando em Santo Agostinho, onde era efetiva do Município de Água Doce do Norte-ES. A Elzely passou num concurso para professor no Município de Linhares-ES. A Sâmia foi morar em Vitória-ES e eu vim embora para São Mateus-ES. Casei-me com a Lidiane no dia 11 de setembro de 2011 e no mês de outubro de 2011, ela descobriu que estava grávida da minha filha Maria Eduarda Mendes Ferreira. Foi um momento de muita alegria, pois a morte da minha mãe tinha deixado um vazio tão grande, que com a gravidez da minha filha, fizemos outros projetos de vida. No mesmo ano, comecei a trabalhar na Secretaria Municipal de Educação de São Mateus-ES, no Setor de Educação do Campo, a pedido da minha amiga Rosiléa, que foi convidada para trabalhar no setor do campo pela Coordenação Pedagógica da Secretaria de Educação a Lea Marcia Amorim de Freitas e Karlamara Mirândola da Paixão Lima. O Secretário de Educação da época era o Nelson Dias de Andrade Júnior e o Subsecretário o Jilvaldo Lucas Magalhães. Nesse ano, que nós conseguimos assinar o contrato do financiamento da casa na Caixa Econômica Federal do Programa Minha Casa Minha Vida. Essa conquista foi muito marcante, pois saímos do aluguel para morar na moradia própria que é o sonho de todo brasileiro.

No ano de 2012, continuei trabalhando no Setor de Formação da Educação do Campo junto com o companheiro Francisco José de Souza Rodrigues e a Gestão das Escolas do Campo ficavam responsáveis a Rosiléa Alves dos Santos e a Ozana Luzia Galvão Baldotto. A Direção Itinerante era a Angela Maria Nico, a Marizete Soares Henriques, a Maria da Penha Afonso Almeida e Rosângela Piedade Bueno. As Coordenadoras Pedagógicas eram a Amabyle Aparecida de Oliveira, a Dejanira Ortolone da Silva, a Edy Aurélia Alves de Almeida, a Márcia Correia Bissarro Cunha, a Maria Jardelina Bessa Silva, a Maria Lúcia Bonomo, a Nara Célia Dionízio de Oliveira e a Rosimére Maria de Freitas. Nesse ano, a Educação do Campo teve um avanço muito significativo para o Município de São Mateus, pois foi criado o PLAFEC (Plano de Fortalecimento da Educação do Campo “Uma Ação Educativa Contextualizada e Integrada.”). Esse Plano de Educação, foi elaborado para trabalhar com alguns métodos da Pedagogia da Alternância nas Escolas Multisseriadas, foi um ano que os educadores iniciaram com formação inicial para todos os educadores que atuavam nas escolas multisseriadas, nas escolas em

alternância e os professores de Agricultura e de Musicalização da rede. Aconteceu também Fórum de Educação do Campo, Seminários de Educação do Campo. Foram muitas conquistas para a Educação do Campo no ano de 2012. Foi no ano de 2012, que iniciei o Curso de Pedagogia na UNOPAR (Universidade Norte do Paraná), pois quando comecei trabalhar na Secretaria de Educação, uma das exigências que a Lea Marcia me fez, é que eu retornasse os meus estudos. Na data de 25 de junho desse mesmo ano, nasceu a nossa filha a Maria Eduarda Mendes Ferreira, foi uma alegria imensa para toda a família, também foi o ano que mudamos para a nossa casa no Bairro de Guriri que fica em São Mateus-ES. Nesse ano também faleceu a minha avó materna a Dona Izabel dos Santos. Ela teve sérios problemas de saúde e veio a falecer no mês de dezembro de 2012. Era uma camponesa que lutou para criar os onze filhos com muita dificuldade, mas, conseguiu superar todos os desafios para orientar e educar a todos com muito amor e carinho.

No ano de 2013, eu fiz a inscrição para dar aula de Agricultura e Musicalização, atuei na EPM Antonio Maciel Filho que fica no Bairro Jambeiro em São Mateus-ES, na EPM Antonio Lima, na EPM Córrego do Rancho e na EPM São Miguel. As escolas ficavam distantes uma das outras, e eu tinha que percorrer todas numa semana para lecionar três dias em três escolas e sobravam dois dias para trabalhar no Córrego do Rancho. Foi um ano de muita correria, mas, conheci novos estudantes e as famílias de outra região.

No ano de 2014, foi o ano em que ingressei no Curso de Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do Espírito Santo. Nesse ano também comecei a trabalhar na Ecom Maria Francisca Nunes Coutinho, foi a minha primeira experiência numa Escola de Regime em Alternância com a disciplina de Agricultura e de Zootecnia no turno matutino, foi o ano em que a Diretora Rosiléa começou a trabalhar por um período de seis meses. Trabalhei também no CEIM Nossa Senhora Aparecida que fica no Barro do Porto em São Mateus-ES. Foi uma experiência riquíssima, pois como docente, ainda não havia atuado num CEIM. Ao ingressar na UFES, foi uma outra experiência riquíssima, pois na aula inaugural os estudantes do curso fizeram uma recepção calorosa com muitas músicas da Educação do Campo,

da qual eu estava presente fazendo a animação. Esse momento foi marcante para os estudantes que estavam ingressando no curso, como para os movimentos sociais que lutaram para que o curso fosse implantado na universidade. Outra contribuição para a implantação do curso foi à iniciativa do Professor Ailton Morila, pois ele era coordenador do curso de Pedagogia e fez a proposta para a Ozana Luzia Galvão Baldotto, que atua na gestão da Educação do Campo na Secretaria de Educação de São Mateus-ES e aceitou o desafio de elaborar o PPC do curso. O Plano foi aprovado e a Universidade então teve o curso para ofertar para os trabalhadores e trabalhadoras do campo. O ingresso no curso, não dava total segurança para os estudantes, pois no início não foi tão fácil. O curso iniciou sem o alojamento, não tinha o café da manhã, a auto-organização ainda não estava elaborada. Tivemos que organizar muitas coisas. Foram muitas discussões e conflitos para conseguir iniciar os trabalhos acadêmicos, como o horário para estudar, o alojamento e outros problemas. Mas, todas as dificuldades foram superadas com muito esforço e dedicação de todos.

No ano de 2015, continuei atuando como docente na Ecom Maria Francisca e pedi para sair do CEIM, devido a alguns problemas que surgiram. Para que a minha vida profissional não fosse prejudicada, pedi para ser transferido de escola. Como a Secretaria de Educação estava disponibilizando a transferência de profissionais, fui trabalhar na EMEF “Dr. Aranóbio Alves de Holanda” e na EMEF “Bom Sucesso” com a disciplina de Musicalização. Nesse ano foi quando terminei a graduação no curso de Pedagogia na UNOPAR.

No ano de 2016, trabalhei somente na Ecom Maria Francisca, pois foi um ano complicado para a contratação de professores, sendo que a mesma só aconteceu depois que os movimentos sociais ocuparam a prefeitura solicitando a contratação dos profissionais da educação e outras demandas. Estava coordenando a ocupação o MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores e Educadores das Escolas do Campo. Nesse ano foi muito marcante a iniciativa dos movimentos sociais para que as aulas tivessem início.

No ano de 2017, fiquei seis meses sem atuar na educação, pois as vagas tinham sido preenchidas, como na hora da escolha, eu havia ficado com sete horas, assinei a desistência e fui reclassificado. Esse ano foi muito difícil. Para conseguir contribuir com o orçamento da família, tive que fazer vendas externas de produtos de cosméticos das Empresas Hinode, Mary Kay e da linha de vasilhas e cosméticos da Empresa tupperware. Para poder fazer esse tipo de venda dentro da Universidade, foi necessário fazer uma declaração na Subprefeitura para ter a liberação para efetuar as vendas. No mês de julho de 2017, retornei para a sala de aula, pois a professora que estava atuando na área de Ciências Agrárias saiu de licença maternidade.

Dos anos de 2018 a 2020, continuo atuando como Educador de Ciências Agrárias na Ecom Maria Francisca Nunes Coutinho e Coordenador do Setor Agropesca da Escola. Esses últimos anos foram de muito aprendizado atuando como docente e como coordenador do setor agropesca, pois são momentos muito ricos, que proporciona muita troca de experiência ao dialogar com a área pedagógica e com a área administrativa. As reuniões das coordenações que acontecem semanalmente proporcionam que as equipes tenham um alinhamento no trabalho da alternância. O planejamento coletivo e por áreas de conhecimento também é um momento de muito aprendizado, pois possibilita uma integração do trabalho coletivo nas atividades vivenciais e na auto-organização das atividades práticas.

Até aqui foi possível descrever a minha trajetória da minha vida estudantil e da minha vida profissional. Mas, o que me levou a escolher o tema Políticas Públicas para a Educação do Campo no Município de São Mateus-Es, foi nas aulas do Professor Ueber José de Oliveira, quando o mesmo trabalhava com a disciplina de Políticas Públicas para a Educação do Campo que despertou em mim uma curiosidade de realizar uma pesquisa voltada para esse campo. Esse tema me prendeu muito, pois nas aulas que assisti durante o curso, o que me chamou a atenção foi o tema políticas públicas, sendo que os livros que eram indicados para fazer as leituras, quando acabava a aula, sempre que possível, eu passava na biblioteca e procurava se tinha o autor para realizar as minhas leituras. O professor Ueber, incentivava os estudantes para fazer as leituras, pois isso era cobrado o

tempo todo, pelo fato de perceber que muitos estudantes tinham dificuldades em fazer leituras do próprio currículo que era ofertado. Como a minha curiosidade e sempre fui um bom leitor, todo mês dentro das possibilidades, realizava a maioria das leituras que eram indicadas. Isso favoreceu muito para desenvolver o tema e começar a fazer o projeto de pesquisa na área de políticas públicas.

Esse trabalho no capítulo 1 será abordado o contexto histórico da educação do Período Colonial até os dias atuais, sendo que falar de Educação do Campo para o Município de São Mateus-ES, sem falar no contexto histórico, acredito que seria difícil para entender a realidade nos dias atuais. Como que a história da educação no período colonial foi desenvolvida e quem tinha direito à educação. Essa trajetória perpassa pela história da educação no Brasil, no Estado do Espírito Santo e por fim, como que a educação foi desenvolvida no Município de São Mateus-ES. Para o leitor que terá acesso a esse trabalho, pode pensar que essa abordagem histórica ficou muito longa, mas, se faz necessária para que possa compreender a realidade e a diversidade que o Município de São Mateus-ES tem na identidade do seu povo. Nesse capítulo também traz o contexto da administração municipal, trazendo uma abordagem de como o Município deve ser administrado.

No capítulo 2 será explorado a temática Educação do Campo. Como que esse termo começou a ser utilizado no Brasil e quais são os autores que dialogam com o tema nos últimos anos.

No capítulo 3 vai tratar das Políticas Públicas para a Educação do Campo, quem são os autores que tem dialogado com esse tema e como que as políticas públicas para a Educação do Campo estão sendo debatidas no Brasil. Quais são os enfrentamentos e conflitos para garantir o direito dos povos do campo por uma educação que seja voltada para a sua realidade e as bandeiras que os movimentos sociais têm levantado nos últimos anos para defender a classe trabalhadora do campo.

No ponto 3.1 será abordada a temática A Educação do Campo com estratégias e metas específicas no Plano Municipal de Educação.

No ponto 3.2 traz uma abordagem das atribuições municipais que já foi discutido no segundo capítulo, mas, que se faz necessário lembrar de como a administração municipal deve ser desenvolvida.

Para aprofundar questões administrativas, as análises bibliográficas são necessárias para compreender esse processo de administração pública. Como diz LEAL (2012):

[...] ser numa boa organização administrativa, as atribuições municipais, é tarefa de extrema dificuldade. As indicações muito gerais pouco esclarecimento pode trazer. Quando se diz, por exemplo, que devem caber ao município as tarefas de natureza local, ou do seu peculiar interesse, resta ainda definir o conceito auxiliar tomado para referência. A dificuldade aumenta quando se observa que certos assuntos, que ontem só diziam respeito à vida de um município, podem hoje interessar ao país inteiro.

Analisando essas atribuições, a educação é um assunto que nos dias atuais, se torna uma situação difícil para a sociedade brasileira e para os governantes, pois no município de São Mateus-ES, as tarefas de natureza local, estão sendo marcadas com os debates dos movimentos sociais, na luta por uma educação voltada para os camponeses, que é uma bandeira de luta, para que os povos do campo tenham direito ao conhecimento, com uma organização provinda dos movimentos sociais, que se torna também, uma luta de todos os brasileiros, a Educação do Campo e para o campo no âmbito nacional, sendo esta, direcionada para estados e municípios, desenvolverem políticas públicas que garantam o direito dos camponeses a educação de qualidade.

Nesse contexto, BALDOTTO apud CALDART (2016 p. 27), diz que o movimento da educação do campo representa uma articulação política dos movimentos sociais em resposta à oferta precária da educação e/ou inexistência de escolas do campo. Estabelece-se então uma luta por políticas públicas de educação do campo, e uma mobilização popular em torno de um projeto de desenvolvimento. Ao mesmo tempo tem sido um movimento de reflexão pedagógica das experiências de resistência

camponesa, constituindo a expressão, e aos poucos o conceito de Educação do Campo.

A Lei Orgânica do Município de São Mateus no art. 196. Diz que:

Artigo 196: A educação, direito de todos e do Poder Público e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, obedecendo os princípios da democracia e da liberdade de expressão, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e sua capacidade de elaboração e reflexão crítica da realidade, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Analisando a situação da educação do campo no município de São Mateus-ES, percebe-se que os movimentos sociais, lutam pelo direito a educação, que seja voltada para a vida, para a formação humana dos sujeitos do campo, tendo direito a moradia digna, cultura, educação, saúde de qualidade. O ser humano, para exercer a sua cidadania, os seus direitos devem estar garantidos na lei e serem colocadas em prática, pois nem todos os direitos estão garantidos na sua especificidade, falta colocar em prática e cumprir o que está prescrito na lei.

Na análise de documentos, serão objetos de estudos Cópia do **Parecer nº04/2012**; Projeto de lei enviada à Câmara pelo Poder Executivo para aprovar a Pedagogia da Alternância no Município; **Ata nº 009/2016** da sessão da Câmara de vereadores em que foi aprovado o Projeto de Lei nº1553/2016, que normatiza a pedagogia da alternância no Município de São Mateus e a Lei nº 1798/2020.

Algumas considerações são importantes para garantir as políticas públicas para a educação do campo no município de São Mateus. É fundamental a atuação dos movimentos sociais como locus de pressão e proposição de políticas voltadas para educação do campo no município.

A criação da legislação e de um setor específico na Secretaria Municipal de Educação para a educação do campo não representam, por si só, garantias para a continuidade da proposta da pedagogia da alternância nas escolas do campo;

É necessário que os movimentos continuem atuantes para que não haja retrocessos na política de educação do campo em São Mateus.

METODOLOGIA

Esta pesquisa teve caráter qualitativo e baseou-se em três etapas, sendo elas: i) a pesquisa bibliográfica, ii) análise de dados e iii) Pesquisa de Campo.

A presente pesquisa tem como objetivo investigar como as políticas públicas são aplicadas na Educação do Campo no Município de São Mateus, tendo como abrangência no campo da gestão na Secretaria Municipal de Educação. A pesquisa, também busca dialogar com outros parceiros que contribuem para as discussões, debates, elaboração de projetos de lei, pareceres para a normatização da Pedagogia da Alternância no município. Assim, a escolha dessa temática, busca compreender como que as políticas públicas para a educação do campo foram implementadas no município de São Mateus, sendo que a pesquisa não será desenvolvida somente para levantamentos de dados, mas faz-se necessário um estudo mais profundo sobre essa temática. Relacionando a temática com o interesse de realizar a pesquisa, BARROS, José D'Assunção diz que:

O pesquisador deve perguntar a si mesmo se o tema escolhido efetivamente o interessa... É necessário, portanto, investir num interesse efetivo quando se busca uma temática para iniciar uma pesquisa – interesse que, trazendo as marcas subjetivas que afetam diretamente cada pesquisador, pode estar motivado tanto por uma simples curiosidade intelectual como pela intenção mais altruísta de fazer avançar o conhecimento científico. (Barros, 2005, p.34).

De acordo com o autor, uma pesquisa não deve ser realizada somente para adquirir um conhecimento intelectual, mas faz-se necessário que uma curiosidade intelectual tenha uma intenção de fazer com que avance o conhecimento científico. Para que a pesquisa possa avançar, é preciso voltar ao passado e o presente na história.

Para BÉDARIDA, (1992, p. 221) que diz: “compreender o presente por meio do passado e, sobretudo o passado por meio do presente”. Assim, é no processo histórico do momento presente e por meio do passado que a educação do campo, será reescrita para compreender os avanços que ocorreram no decorrer desse período. BÉDARIDA, ainda afirma que “a solidariedade do presente e do passado é a verdadeira justificação da história”. Portanto, a história da educação do campo do município de São Mateus e as políticas públicas que foram implantadas até o momento presente, perpassam de um tempo presente e de um passado de lutas e de conquistas no decorrer da história.

Para BARROS 2015 p. 57, na revisão bibliográfica devem aparecer tanto às obras que apoiem o caminho proposto pelo pesquisador, funcionando como uma base a partir da qual ele se erguerá para enxergar mais longe, como também obras às quais o pesquisador pretende se contrapor [...] a revisão bibliográfica, em última instância, é um exercício de crítica. Através dela, o autor busca seus interlocutores.

1. HISTÓRIA: ATRIBUIÇÕES MUNICIPAIS

Entre março de 1549 e outubro de 1570, o Padre Manoel da Nóbrega foi chefe, provincial e superior, da missão da Companhia de Jesus para o Estado do Brasil pelo rei português Dom João III. Desenvolvendo o programa de “catequese e escola” que põe o Estado do Brasil sob jurisdição imediata da Coroa, a missão funda colégios de ler e escrever abre seminários para as vocações religiosas, ensina ofícios mecânicos a jovens índios, mamulecos e brancos. Ainda reduz ao catolicismo populações indígenas das capitanias do Nordeste, Pernambuco, Bahia, Ilhéus, Porto

Seguro, e do Sudeste, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente. HANSEN (2010, p.11).

Nas primeiras décadas do século XIX, a ocupação da Província do Espírito Santo se restringia a uma estreita faixa de terra litorânea, enquanto quase todo o restante do território era coberto por uma densa mata nativa. Porém, no mesmo contexto, a ocupação começava a avançar lentamente em direção ao interior, provocando violentos conflitos entre os colonos e os povos indígenas que habitavam essa região. É como aponta Salim e Oliveira, (2016, p.13).

Salim traz um importante relato produzido pelo viajante francês August de Saint-Hilaire que diz:

[...] Limitada ao sul pelo Rio Cabapuana, prolonga-se ao norte até o território de Porto Seguro, do qual a separa o Rio Doce, ou melhor, a ribeira menos meridional de São Mateus. Se, porém, esta província abrange no comprimento uma extensão de cerca de 38 léguas (portuguesas) de costa, sua largura é, em alguns lugares, reduzida a uma faixa estreita e arenosa; sobre nenhuma ponte suas dependências verdadeiras avançam no lado leste tanto quanto na Vila de Vitória e, mesmo lá, não se acha qualquer cultura a mais de oito léguas do mar. A Província do Espírito Santo oferece, portanto, só uma faixa estreita que, em termo médio, não tem, provavelmente, mais quatro léguas de largura. Para além se acham imensas florestas, que se confundem com as de Minas Gerais e servem de abrigo às tribos errantes dos Botocudos, sempre em guerra com os portugueses. A população do Espírito Santo não subiu a mais de 24 mil almas e não se pode saber da superfície habitada desta província, na qual, por 152 léguas quadradas, cada légua contém, na média, cerca de 150 indivíduos.

Enquanto que no Brasil, a educação dos indígenas estava tendo o seu início, em Portugal, já existia o ensino universitário, percebe-se o quanto a educação brasileira estava totalmente atrasada em relação à Coimbra.

De acordo com CARVALHO, (2017, p.65), a Universidade foi criada em Lisboa em 1290 e transferida para Coimbra em 1308:

Sendo de origem francesa a primeira dinastia portuguesa, predominaram nos primórdios da Universidade as orientações jurídicas francesas e italianas já profundamente marcadas pelo direito romano. Um dos principais centros do ensino desse direito era a Universidade de Bolonha que forneceu vários romancistas a Coimbra, onde ficaram conhecidos como os “bolônios”... Em 1384, D. João I, O Mestre de Avis, retornou a Universidade a Lisboa, ao mesmo tempo em que estendia sobre ela o controle governamental mediante a nomeação real do Provedor. A partir de D. João II, os reis foram declarados Protetores da Universidade e terminou a livre escolha de reitores e lentes.

O sistema de educação no século XVI estava destinado somente aos alunos do sexo masculino como diz HANSEN:

[...] Em meados do século XVI, havia cerca de 60 “escolas de ler e escrever” em Portugal. Todas elas eram destinadas a alunos do sexo masculino e a maioria concentrava-se em Lisboa e Coimbra. Algumas escolas primárias particulares eram destinadas a crianças e jovens nobres, que se preparavam para entrar na Universidade de Coimbra. Ordens religiosas costumavam manter escolas que atendiam meninos pobres. Havia ainda, as chamadas “escolas das misericórdias” organizadas para “patifes”, meninos órfãos e abandonados. Os alunos que então aprendiam a ler e escrever estudavam em cartilhas e gramáticas, como *a Cartilha para aprender a ler a Gramática e elementar da língua*, de João de Barros; *a Cartilha de linguagem portuguesa*, de Pedro de Magalhães; *a*

Cartilha para ensinar a ler com doutrinas da prudência, adjunta uma solfa de cantigas para atiçar curiosidade, de Frei João Soares. HANSEN, 2010, p. 95.

SALIM e OLIVEIRA 2016, p.15, ainda trás dados da situação da vila de Vitória apontando suas relações comerciais e a educação que diz:

A Vila de Vitória ocupava lugar central nas relações comerciais, e ali também se encontrava a grande maioria das escolas. Segundo o relatório do presidente da província, no ano de 1838, existiam na Capital 18 aulas de primeiras letras com 181 alunos matriculados e oito aulas nas demais vilas com cerca de 90 alunos matriculados. O ensino secundário estava restrito a uma aula superior de Gramática Latina que se realizava na Capital e era frequentada por 13 alunos (ESPÍRITO SANTO, 1838).

Dois anos depois, o mesmo presidente relatava o pequeno progresso dos 12 alunos matriculados na aula de Gramática Latina, o que, segundo o professor da turma, devia-se às moléstias e à falta de percepção dos alunos (ESPÍRITO SANTO, 1840, p.6). A aula de Gramática Latina era ministrada pelo padre Ignacio Felix de Alvarenga Sales em uma das dependências do Convento dos Franciscanos. Na Vila de São Mateus, também havia uma aula de Gramática Latina ministrada pelo padre Manoel Gomes Montenegro, com três alunos matriculados.

Nesse contexto, CARVALHO, (2017, p. 66), fala da influência no processo “Bolônio” João das Regras. Como diz TEÓFILO BRAGA:

“Os juriconsultos foram os organizadores teóricos desta ditadura monárquica; a transformação do regime feudal sob D. João I opera-se pela preponderância do chanceler João das Regras, legista de

Bolonha”. Os juristas, “almas danadas dos reis”, como chamou Michelet, dominaram até 1537, quando a Universidade voltou a Coimbra. Teve então início um período de dois séculos de controle jesuítico, durante a Universidade e se isolou da influência do progresso intelectual e científico europeu. Os jesuítas obtiveram o controle do Colégio das Artes, cuja frequência se tornou obrigatória para todos os que quisessem cursar leis e cânones. A partir de 1599 implantaram a *Ratio Studiorum* (*Ratio et institutio studiorum Societatis Jesu*), que privilegiava o latim e o grego sobre a língua pátria, a teologia sobre a filosofia, o aristotelismo e o escolasticismo sobre o cartesianismo, numa demonstração da natureza defensiva do ensino religioso após o Concílio de Trento. A luta contra o cartesianismo foi particularmente intensa e culminou com a tentativa dos jesuítas de expulsar de Portugal os padres do Oratório, conhecidos por sua maior abertura às novas ideias, o ensino jurídico permaneceu sob a influência do direito romano, mas, perdeu parte do prestígio anterior.

A ação catequética é uma ação política como diz HANSEN:

[...] A ação religiosa da catequese é política, pois destribaliza os grupos indígenas, subordinando-os aos poderes da Companhia de Jesus subordinada a Roma e à coroa. Com muito entusiasmo inicial, os jesuítas acreditaram que as tribos seriam imediatamente catequizáveis em massa e que passariam a levar uma vida catolicamente virtuosa, abandonando seus maus hábitos antigos com o bom exemplo cristão dos portugueses. O entusiasmo era equivocado, pois os índios resistiam e o suposto bom exemplo português era, muito objetivamente, o extermínio, a escravidão e a classificação deles como “sujos de sangue”, “inferiores por natureza”, “escravos por natureza”, “selvagens”, “bárbaros” e animais”. Na carta encaminhada em 1549 ao Pe. Mestre Simão Rodrigues, Provincial da Companhia de Jesus em Portugal, Nóbrega dá conta dessas práticas cristãs que diz:

... e é desta maneira que fazem (os cristãos) para lhe trazerem a vender o que têm, e por engano enchem os navios deles, e fogem com eles; alguns dizem que podem fazer por os negros terem já feito mal aos cristãos. (...) De maravilha se achará cá terra, onde os cristãos não fossem causa da guerra e dissensão, e tanto que nesta Bahia, que é tido por um gentio dos piores de todos, se levantou a guerra contra os cristãos. Porque um padre, por lhe um principal destes negros não dar o que lhe pedia, lhe lançou a morte, no que tanto imaginou que morreu, e mandou ao filho que o vingasse. De maneira que os primeiros escândalos são por causa dos cristãos; e certo que, deixando os maus costumes que eram de seus avós, em muitas coisas fazem vantagem aos cristãos, porque melhor moralmente vivem e guardam a natureza. Algum destes escravos me parece bom juntá-los e torná-los a sua terra, e ficar cá um dos nossos para ensinar... (HANSEN, 2010, p.25).

A educação foi um modo de catequizar os índios, mas, outras questões estavam inseridas nesse processo. Primeiro que a crítica que os padres faziam dos indígenas na época, fica evidente que aquela população, não oferecia o tão esperado progresso do Brasil, pois a selvageria era predominante após trezentos anos de colonização principalmente no litoral do Espírito Santo, como aponta HOLANDA, (1995, p. 106), que diz:

O litoral do Espírito Santo, o “Vilão farto” de Vasco Fernandes Coutinho, assim como a zona sul-baiana, as antigas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, permaneceram quase esquecidos dos portugueses, só porque, justamente nessas regiões, logo se abriram grandes claros na dispersão dos tupis, desalojados pelos primeiros habitantes do lugar. Handelmann chegou a dizer, em sua História do Brasil, que, excetuado o alto Amazonas, era essa zona mais escassamente povoada de todo o Império, e espantava-se de que, após trezentos anos de colonização, ainda houvesse uma região tão selvagem, tão pobremente cultivada, entre a baía de Todos os Santos e a

baía do Rio de Janeiro. No Espírito Santo, para manterem os raros centros povoados, promoveram os portugueses migrações artificiais de índios da costa que os defendessem contra a razias dos outros gentios. E só no século XIX, graças ao zelo beneditino de Gúido Tomás Marlière, foi iniciada a catequese dos que se presume serem os últimos descendentes dos ferozes aimorés das margens do Rio Doce, em outros tempos, o flagelo dos colonos.

No Estado do Brasil, os colégios fundados por Nóbrega a partir de 1549 realizavam a segunda parte da *“catequese e escola”*, proposto inicialmente por ele para o colégio da Bahia. Nos colégios que fundou em Pernambuco, em Ilhéus, em Porto Seguro, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em São Vicente e em São Paulo de Piratininga, havia cursos de ler e escrever e ensinava-se “gramática” ou latim. O estudo dessa gramática fazia parte da educação básica de todo homem letrado e habilitava os alunos dos seminários a serem futuros padres. Hansen, (2010, p.97).

A educação desde o processo colonizador, não foi desenvolvida para atender a demanda da sociedade, percebe-se que em pleno século XVIII, o Estado do Espírito Santo, pouco tinha avançado no âmbito educacional, isso mostra o quanto os investimentos na educação, não fazia parte do plano de governo, pois os investimentos eram precários.

SALIM e OLIVEIRA, (2016, p. 22) no ano de 1835, foi criada, pelo governo da província a *Escola de Meninas*, que lamentavelmente só começou a funcionar cerca de dez anos depois, devido à inexistência de uma professora para ocupar a vaga criada, o que corrobora o primeiro problema, no caso do *déficit* de profissionais docentes da província:

O primeiro relatório do ano de 1857 identificava a existência de três aulas de primeiras para as meninas da Capital, freqüentadas por 22 alunas, e uma na cidade de São Mateus com dez alunas matriculadas. Nesse mesmo relatório, o Presidente da Província, reproduzindo os padrões de pensamento da época, via a educação feminina um meio eficaz para que a mulher pudesse desempenhar da melhor maneira possível o seu papel de esposa mãe... Ao mesmo tempo em que se considerava a importância da educação feminina, conforme indicado no fragmento, ela, ao mesmo tempo, continuava a ser vista como um perigo para a ordem social estabelecida.

No Estado do Espírito Santo, a primeira escola criada para a educação feminina no Município de Iconha-ES como diz NOSELLA:

Ao falar da educação feminina, a Pedagogia da Alternância, no mês de maio de 1971, foi criada a Escola-Família feminina de Iconha, para moças e filhas de agricultores. Enquanto isso, outros passos foram dados, por meio do movimento pastoral da diocese de São Mateus, para a expansão das Escolas-Família ao Norte do Espírito Santo. Em 1972, foram inauguradas as Escolas-Família de Jaguaré, no município de São Mateus, e do Bley, no município de São Gabriel da Palha; as duas para rapazes. No mesmo ano foi inaugurada também a Escola-Família de Economia Doméstica (feminina), no município de São Mateus, km.41. Nosella, 2012, p. 66.

No recorte teórico da educação feminina, observa-se que há quase um século depois da educação para meninas na Província do Espírito Santo, é que vai se pensar numa educação voltada para o público feminino que eram filhas de agricultores. Outro detalhe importante é o papel da igreja católica na implantação da educação no Estado do Espírito Santo, em se tratar da Diocese de São Mateus-ES, sempre esteve engajada com os movimentos.

Nesse contexto histórico da educação, percebe-se como que a educação não era o direito de todos, pois somente os meninos podiam estudar, pois esta estava voltada

para o sexo masculino, as meninas não tinham o direito de estudar, fato este que já marcava a história da educação no século XVI. Somente no século XVIII, é que foi pensada a educação para as meninas. No Campo, isso só se tornou realidade no século XIX.

As leituras realizadas sobre a educação no período colonial foi trazido conceitos e falácias da educação indígena, sendo que, na história, outros sujeitos não tiveram o direito à educação como os indígenas, os negros e os pobres, sendo esses excluídos do processo educacional e da sociedade brasileira, que ainda lutam pelo seu território. É fundamental, falar da história da educação da época da colonização, sem falar nos negros.

De acordo com Simone Raquel Batista Ferreira, (2009, p.10), em “o nosso lugar de enunciação que diz:

O lugar de onde brota o nosso olhar, preenchido por nossa visão social de mundo, carregado de críticas e projetos, desejos e sonhos. Nosso lugar de enunciação busca compreender as diversas formas de *territorialidade* construídas pelas comunidades negras rurais do norte do Espírito Santo em vários momentos de suas histórias, sempre em relação de *conflito* com o sistema hegemônico.

Em suas origens, as histórias locais destas comunidades remontam ao colonialismo europeu imposto sobre os povos originários dos territórios que vieram a ser nominados América, África e Ásia. Nos séculos XV e XVI, a expansão territorial dos recém-formados estados ibéricos inaugurava um novo padrão mundial de poder, onde estes povos dominados eram inseridos de forma subalternizada, cuja função era a de gerar riquezas para os impérios colonizadores. Estas riquezas foram produzidas pelo saque dos recursos naturais dos territórios colonizados - como madeiras nobres da floresta tropical e minérios -, pela produção agro-manufatureira realizada em grandes latifúndios monocultores voltados à exportação e pelo trabalho escravo das populações originárias – atividade que fomentou o mais lucrativo comércio colonial.

No Sapê do Norte, assim como em toda a América, as populações negras começaram a chegar por meio do tráfico negreiro, iniciado em larga escala no século XVI e estendendo-se até o final do século XIX. Durante o escravismo, milhões de africanos e africanas de diversas origens étnicas foram arrancados de seus lugares de origem, separados definitivamente de suas famílias e jogados numa terra estranha, já comercializados enquanto mercadoria: escravos. Amontoados nos porões dos “negreiros”, centenas de pessoas permaneciam por meses em condições subumanas, falta de higiene, má alimentação e doenças, até chegarem às terras colonizadas da América - travessia que, invariavelmente, trazia cerca de 20% de mortes. Aqueles que conseguiam sobreviver ao “negreiro”, desembarcavam num mundo que lhes era totalmente estranho, onde eram vistos somente como peças da engrenagem colonial: a partir de então, seus próprios costumes, suas crenças, suas línguas, seu *ser-fazer* no mundo perdiam importância frente à sociedade escravista.

Desta maneira, a diversidade de povos como *ashantes*, *iorubás*, *zulus*, *congos* e *bacongos*, dentre outros trazidos forçadamente da África como escravos, foram reduzidos à classificação de “negros”; enquanto na América, povos como *astecas*, *maias*, *aimarás*, *incas* e *chibchas*, dentre outros, ficou reduzida à limitante identidade de “índios” (QUIJANO apud FERREIRA, 2005 p.10).

Em pleno século XVIII, a educação ainda não tinha avançado no Estado do Espírito Santo, pois as cidades que mais avançavam eram a Vila de Vitória e a de São Mateus na região norte do estado. Mesmo sendo um dos municípios a desenvolver o processo educacional, até hoje, o município de São Mateus, precisa criar leis que de garantias para a educação dos povos do campo, as lutas são constantes, os movimentos sociais, precisam pressionar, para que as políticas educacionais sejam colocadas em prática. Essa luta vem sendo abraçada pelos movimentos sociais que com muitas batalhas, discussões, ocupações, têm garantido uma educação que atenda a classe trabalhadora.

A luta pela Educação do Campo, por sua vez, não se limitou apenas para o ensino primário, o ensino fundamental e médio, os povos do campo, foram à luta, para garantir a educação de nível superior para os povos do campo, sendo uma das conquistas para os agricultores e movimentos sociais no Estado do Espírito Santo.

Nesse contexto, pensar que a oferta da Educação do Campo, garante a proposta das escolas do campo, não trás uma segurança para a proposta e a realidade dos camponeses como diz LÍRIO, (2016, p. 67).

Nessa perspectiva, o Parecer CNE nº 1, de 01 de fevereiro de 2006, dispõe acerca do tratamento diferenciado dado à prática da Alternância nas escolas do campo, contemplando as comunidades campesinas em sua luta por uma educação diferenciada nesses espaços. Assim, essa Resolução nos explicita, no Art. 28 (CNE, 2006) e complementa em seus em seus incisos:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

2. EDUCAÇÃO DO CAMPO

Segundo CALDART, (2012, p. 257) o surgimento da expressão “Educação do Campo” pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998... O argumento para mudar o termo Educação Básica do Campo para Educação do Campo aparece nos debates de 2002, realizados no contexto da aprovação do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº36/2001, relativo às Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do campo (Brasil, 2001).

[...] A II Conferência Nacional por uma Educação do campo, realizada em julho de 2004, com mais de mil participantes representando diferentes organizações sociais e

também escolas de comunidades camponesas, demarcou a ampliação dos sujeitos dessa luta. Foram 39 entidades, incluindo representantes de órgãos não governamentais, organizações sindicais de trabalhadores rurais e de professores, além dos movimentos sociais camponeses, que assinaram a declaração da conferência.

[...] O lema formulado na II Conferência Nacional, “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado!”, expressou o entendimento comum possível naquele momento: a luta pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação é específica, necessária e justa, deve se dar no âmbito do espaço público, e o Estado deve ser pressionado para formular políticas que garantam massivamente, levando a universalização real e não apenas princípio abstrato:

Segundo CALDART, (2012, p. 260) Em 2010, foi criado o Fórum Nacional de Educação do Campo (Funec), no esforço de retomar a atuação articulada de diferentes movimentos sociais, organizações sindicais e outras instituições, com destaque agora para uma participação mais ampliada de universidades e institutos federais de educação. Em seu documento de criação, o Fonec toma posição contra o fechamento e pela construção de novas escolas no campo, assumindo o compromisso coletivo de contraponto ao agronegócio e de combate à criminalização dos movimentos sociais (Fórum Nacional de Educação do Campo, 2010, p.3). Integra esse momento político a conquista de um decreto da Presidência da República que dispôs sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

A Educação do Campo nos últimos anos tem levantado muitas bandeiras de luta para garantir o direito dos povos do campo, que há muitos anos, vem sofrendo com as grandes concentrações de terra pelo país, para Molina (2008, p. 36), o campo é uma proposta pedagógica que diz:

[...] o Movimento por uma Educação do Campo, quando a gente fala “olha, a educação do campo é mais que uma teoria pedagógica, ela é uma visão de campo, é uma visão de modelo de desenvolvimento”, a nossa

principal tarefa como educador do campo é isso, é lutar para mudar a condição da concentração fundiária da sociedade brasileira.

[...] A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas... O protagonismo dos movimentos sociais camponeses no batismo originário da Educação do Campo nos ajuda a puxar os nexos estruturantes desta “experiência”, e, portanto, nos ajuda a compreensão do que essencialmente ela é e na “consciência de mudança” que assinala e projeta para além dela mesma.

No município de São Mateus-es, o setor de Educação do Campo, teve conquistas significativas no ano de 2020 que foi o espaço físico. Ao dialogar com a Gestora da Secretaria Municipal de Educação do Setor de Educação do Campo, ela fala das mudanças que aconteceram no setor que foram:

O setor de Educação do Campo possui um espaço físico específico na SME e neste ano de 2020, possui quatro profissionais organizados da seguinte forma para o acompanhamento às escolas do campo: 01 pessoa que acompanha a Educação Infantil, 01 profissional que acompanha as EMEFs (Escolas Municipais de Ensino Fundamental), 01 que acompanha a área de ciências agrárias e as escolas em alternância e outra pessoa que acompanha as escolas multisseriadas e contribui na coordenação do Setor. Importante destacar que os profissionais que atuam no Setor foram escolhidos com diálogo entre a SME e o comitê Municipal de Educação do Campo, considerando ainda os critérios da última lei da Educação do Campo. BALDOTTO, 2020.

Segundo CALDART, (2012, p. 260) As tensões sobre configurar a Educação do Campo na agenda da ordem ou da contraordem aumentam na proporção em que as

contradições sociais envolvidas na sua origem e no seu destino se explicitam com maior força na realidade brasileira. Lutar por políticas públicas parece ser agenda da “ordem”, mas, em uma sociedade de classes como a nossa, quando são políticas pressionadas pelo pólo do trabalho, acabam confrontando a lógica de mercado, que precisa ser hegemônica em todas as esferas da vida social para garantir o livre desenvolvimento do capital. O Estado, não pode negar o princípio (republicano) da universalização do direito à educação.

Essas tensões trazidas por Caldart, no município de São Mateus, uma das principais dificuldades da gestão das escolas do campo são:

A principal dificuldade é quando a gestão interna da SME não concebe a especificidade e importância da Educação do Campo, negando o diálogo com a base. Importante destacar isso, pois vivenciamos isso na gestão de 2014 a 2016, o que levou à ocupação da prefeitura em fevereiro de 2016.

Vejo como uma fragilidade o ponto: O Setor de Educação do Campo ainda não possui uma formalização no organograma da SME. BALDOTTO, 2020.

De acordo com ANTUNES-ROCHA e MARTINS (2012 p. 21)

[...] A Educação do Campo constitui-se atualmente como materialidade nas políticas públicas, nos movimentos sociais, nas universidades, nos debates dos meios de comunicação, nas instâncias jurídicas, nas escolas, nos seminários e congressos científicos, nos órgãos estaduais e a cada dia avança nas secretarias municipais de educação. A produção desse conhecimento se expressa no crescente número de livros e artigos publicados.

Nesse contexto, as conquistas que a Educação do campo teve nos últimos anos com junto com os movimentos sociais de acordo com a Gestora do Setor de Educação do Campo da SME/SM/ES foram:

A Contratação dos diretores itinerante para o acompanhamento das escolas multisseriadas.

Aumento do número de pessoas para o acompanhamento pedagógico das escolas (2 pessoas no início de 2017 e 4 pessoas no fim de 2020 – apesar de ainda ser pouco, foi um avanço).

As divisões do acompanhamento pedagógico do setor entre os competentes.

Independência pedagógica e administrativa

Contratação de uma pessoa para o acompanhamento pedagógico da disciplina de agricultura em 2017 (que ficou no setor de coordenação de área até 2019 e depois migrou para o setor de Educação do Campo em 2020).

A Implementação das 03 escolas com PA (sendo 02 em 2010 e uma em 2013);

Contribuição e participação na criação do Comitê Municipal de Educação do Campo de São Mateus em 2011;

Implementação do Plano de Fortalecimento das Escolas do Campo em São Mateus – PLAFEC/SM em todas as escolas multisseriadas (2012);

Implantação e implementação da disciplina de agricultura em todas as escolas do campo que possuem a proposta específica da Educação do Campo (2011);

Contratação de Serventes para todas as escolas do campo, incluindo as escolas multisseriadas (2011);

Aconteceram diversas formações políticas e pedagógicas no decorrer desse período envolvendo todos os profissionais da Educação do Campo;

Organização do atendimento dos pedagogos itinerantes às escolas multisseriadas na base com atendimento às regiões (2013?);

Construção de edital de contratação específico de educadores para as escolas do campo (2012);

Os diretores itinerantes localizado nas regiões das escolas (2017);

A Estadia letiva prevista em calendário passa a acontecer nas regiões de localização das escolas multisseriadas (2017);

O Setor de Educação do Campo passou a possuir um espaço físico específico dentro da SME a partir de 2018.

No decorrer desse período tivemos a construção de normativas com aprovação do Conselho Municipal de Educação de São Mateus: pareceres da disciplina de agricultura e Pedagogia da alternância; a resolução da Educação do campo. Tivemos a aprovação de duas leis sendo uma da Pedagogia da Alternância e outra da Educação do Campo. BALDOTTO, 2020.

Outras conquistas foram realizadas pelo setor com dificuldades, mas foram concretizadas são:

Uma dificuldade que conseguimos vencer nesses últimos 04 anos foi trazer os demais setores da SME para a realização do trabalho pedagógico nas escolas do Campo juntamente com o Setor do Campo.

Posso destacar também, o respeito dos demais setores ao currículo do campo até pela participação nos estudos e contribuições conosco.

Ampliação da quantidade de profissionais no Setor de Educação do Campo para acompanhamento às escolas em 2020 (tínhamos 02 pessoas, agora estamos em 04 profissionais).

A organização do atendimento dos diretores itinerantes nas regiões de localização das escolas do campo e não mais no espaço da SME. Baldotto, 2020.

Em plena era de “aliança para o progresso”, sob a hegemonia da ideologia desenvolvimentista, a questão educacional continuava a ser tratada da mesma forma da era colonial, imperial e da gênese republicana. A educação para os camponeses estava voltada somente para a mão de obra, para o trabalho, como se fossem máquinas que diz:

Por aí se tem um horizonte cultural claramente delimitado, porque, afinal de contas, a cultura cívica era uma cultura de uma sociedade de democracia restrita, inoperante, na relação da minoria poderosa e dominante com a massa da sociedade. Essa massa era a gentinha; e para ser gentinha, a educação seria uma espécie de ersatz, uma coisa elementar, rudimentar, que ajudaria a preparar máquinas humanas para o trabalho) (Fernandes, 1989d, p.162 / Oliveira 2010).

De acordo com LÍRIO (2016, p. 56), Paulo Freire foi importante para o surgimento da educação popular que diz:

[...] o importante salientar aqui que, apesar desse enquadramento geral da educação para o trabalhador do campo a lógica do capital, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelo surgimento da educação popular, sendo Paulo Freire uma das principais referências e articulador de ações voltadas para o analfabetismo nas áreas rurais e também urbanas. Temos também como ponto de destaque nesse período a Campanha em defesa da escola pública na década de 1960, movimento inédito no Brasil, e que como um dos principais expoentes Florestan Fernandes. Essa campanha estava relacionada principalmente à educação básica e surgiu de forma espontânea, fruto da indignação produzida em diferentes meios sociais pelo conteúdo do projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1960 pela câmara de deputados.

A educação do campo surge de uma modalidade construída a partir do movimento e dos sujeitos do campo como diz BALDOTTO:

A Educação do Campo, como modalidade construída a partir do movimento dos sujeitos do campo, se contrapõe a uma educação pensada e preparada para os povos do campo, que desconsidera suas realidades e necessidades como sujeitos que vivem do campo. Sujeitos que se formam a partir da sua diversidade, com identidade e culturas diversas. Nesse sentido, o movimento por uma Educação do Campo provoca reflexões sobre:

[...] o sentido da inserção do campo no conjunto da sociedade para quebrar o fetiche que coloca o camponês como algo à parte, fora do comum, fora da totalidade definida pela representação urbana. É preciso romper com essa visão unilateral, dicotômica (moderno-atrasado), que gera dominação, e afirmar que o caráter mútuo da dependência: Um (rural ou urbano, campo ou cidade) não sobrevive sem o outro. A sociedade atual tende a esquecer o que é rejeitado, o que não é dominante. Na sua lógica só sobrevive à versão dos vencedores (CONFERENCIA NACIONAL: POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO, 1998, pág. 15) BALDOTTO (2016, p.28).

A abordagem da educação do campo, também busca compreender a luta por uma educação específica para os povos do campo de acordo com a sua especificidade Segundo LÍRIO (2016 p. 54)

[...] a educação do campo, enquanto uma demanda social específica, nasceu de uma ação objetiva vinculada a uma necessidade de assegurar o direito à educação aos filhos dos trabalhadores, sendo que essa educação deveria ser adequada à realidade cultural e social específica desses sujeitos que atuam no campo. Sendo o campo um espaço historicamente construído, não era tarefa fácil de compreender uma educação para esses atores.

Sendo assim, os movimentos sociais, como grandes protagonistas da luta pela transformação e compreensão desse espaço, buscaram produzir uma educação que estivesse integrada à realidade do campo e dos sujeitos que lá se encontravam. Deve-se ressaltar que não tratava de produzir uma educação subordinada à concepção urbano-industrial, mas um projeto de educação voltado para uma sociedade diferente e uma agricultura específica.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Segundo FOERSTE (2008. p. 75) [...] as discussões do projeto político da educação do campo se inserem no seguinte contexto:

Ao longo das últimas décadas temos debatido sobrejamente que não é possível estabelecer fronteiras entre educação do campo e produção de subsistência pelos povos que vivem da terra. Quando se fala de um projeto educacional democrático, sem levar em consideração a centralidade desta questão, estamos negando vozes e identidades de todos aqueles que trabalham e sempre cultivaram a terra, mesmo que as políticas públicas brasileiras ditadas pelas elites tratassem com descaso estes sujeitos. (FOERSTE 2008).

No diálogo com um educador da Ecom Maria Francisca Nunes Coutinho, expõe a sua ideia de políticas públicas voltadas para o campo e diz que:

A educação do Campo tem como seu marco histórico a sua criação, onde a mesma surge dos movimentos sociais, através deles vejo que a política pública vem avançando construindo uma educação que desbrava seu espaço de direito dos sujeitos que ali atuam, buscando ser sempre uma educação de referência.

Analisando que tivemos muitos avanços no intuito de demarcar o território em defesa de uma educação do/no campo com mais dignidade, vejo que o desafio é continuar avançando nas políticas públicas pois os sujeitos já apresentaram sua organicidade e conquistaram seu espaço de diálogo de luta pelas necessidades ainda existentes.

Costumamos dizer que não queremos uma educação do Campo melhor que nenhuma outra, mais sim a bandeira é por uma educação igualitária com dignidade, que atenda a especificidade do/no Campo. CORREA, 2020.

De acordo com MOLINA e TAFAREL, 2012, p.569, Precede a definição de política pública educacional a compreensão de como tornamos seres humanos e como, ao longo da história da humanidade organizamos o modo de produção e reprodução de vida... O nosso desenvolvimento depende de nossas aprendizagens. O ato de conhecer não é dado humano, e sim aprendido em suas relações sociais, que dependem da materialidade de condições objetivas de vida.

A Educação do campo tem a sua proposta para a formação do ser humano em sua totalidade, tendo esse ser uma interação com os outros seres, para que juntos possam criar essas relações na sociedade para um processo transformador.

[...] Das sociedades primitivas organizadas em clãs à atual complexa organização dos países imperialistas hegemônicos – que impõem, aos demais países, por meio de acordos internacionais, sejam políticos, econômicos e de guerra, as relações baseadas na divisão internacional do trabalho -, o poder de decidir os rumos dos assuntos de interesse de todos foi se complexificando em normas e leis que configuraram, na superestrutura da sociedade, aquilo que constitui a sua base na infraestrutura, ou seja, nas relações de produção material de vida humana. MOLINA e TAFAREL, (2012, p.70)

[...] Na história da EDUCAÇÃO DO CAMPO, o debate e a compreensão sobre o tema das políticas públicas tornam-se relevante porque, desde o seu surgimento, a Educação do Campo se configura como demanda relativa à garantia do direito à educação para os trabalhadores rurais: inicialmente, com a luta dos Sem Terra para garantir o direito à educação nas áreas da Reforma Agrária, com as exigências para a criação do PROGRAMA NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA).

[...] Nesse contexto das políticas públicas e os direitos para a educação do campo, de acordo com MOLINA, (2012, p.585), as lutas surgem a partir da I Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, em 1998. O tema das políticas públicas adquire ainda maior centralidade na história da Educação do Campo a partir da II Conferência Nacional de Educação Básica do Campo... Desde então, o tema das políticas públicas e a luta por elas foram se ampliando, arregimentando apoiadores e

opositores, quer nos movimentos sociais camponeses quer entre seus parceiros das universidades e demais instituições que trabalham com a Educação do Campo.

MOLINA, 2012, p.586, coloca duas questões a respeito de políticas públicas que são:

Porque esse tema é tão controverso? Que questões se colocam como pano de fundo no debate sobre políticas públicas que são capazes de provocar tanto dissenso? Primeiro, é preciso explicitar que o debate sobre políticas públicas, na história da Educação do campo, relaciona-se sempre à idéia dos direitos. As políticas públicas significam o “Estado em ação”. Elas traduzem formas de agir do Estado, mediante programas que objetivam dar materialidade aos direitos constitucionais que se materializam por meio das políticas públicas, estão principalmente os direitos sociais, definidos no artigo 6º da Constituição Federal brasileira de 1988: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Pelo fato de as políticas públicas serem formas de atuação do Estado para garantir os direitos sociais, elas também são denominadas, muitas vezes de políticas sociais.

Ao dialogar com alguns parceiros da Educação do campo do município de São Mateus-ES em relação às políticas públicas educacionais, a visão que eles tiveram foi que:

As formações no contexto da Educação do Campo como uma valorização do magistério, da diversidade existente dentro das escolas e a efetivação do currículo da Educação do Campo;

O setor tem buscado ações para garantir o quadro administrativo das escolas do campo, principalmente, as escolas multisseriadas. Como? Pautando a necessidade diretamente com o executivo, pois ainda não possuímos uma legislação.

Acompanhamento pedagógico para garantir o diagnóstico concreto de aprendizagem nas escolas do campo, como uma forma de garantir o direito a uma educação de qualidade (muitas empresas fazem esse tipo de trabalho e o certo, de fato, é nós fazermos) e também a valorização do trabalho do educador e da própria rede municipal.

A Educação do Campo com estratégias e metas específicas no Plano Municipal de Educação. BALDOTTO, 2020.

3.1 A EDUCAÇÃO DO CAMPO COM ESTRATÉGIA E METAS ESPECÍFICAS NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E O PLANO MUNICIPAL DE SÃO MATEUS-ES

A estruturação de diversos documentos que regem legalmente a educação da rede municipal em que não prevê em a Educação do Campo: Regimento da Rede Municipal de Ensino e outras normativas do Conselho Municipal que não englobam a Educação do Campo.

De acordo com MOLINA e TAFAREL, a superestrutura se expressa em um aparato jurídico, a partir de iniciativas do Poder Executivo e do Legislativo, devidamente aprovado pelo Poder Judiciário. Impõe, assim, o contraditório: o poder da minoria, pela vontade da maioria. A isto denominamos democracia – a vontade do povo. A “democracia”, a “vontade do povo”, em uma sociedade de classes em franca decomposição e degeneração, está sujeita à correlação de forças decorrentes do poder da classe dominante, de um lado, e poder da classe trabalhadora do outro. MOLINA e TAFAREL, (2012, p. 570).

Esse pensamento dialoga com Molina quando se fala no movimento de histórico da Educação do Campo às lutas pelas políticas públicas que diz:

[...] MOLINA, 2012, p.589. O processo geral de configuração da lógica de capital, com a perda de direitos sociais que haviam sido historicamente conquistados em intensos processos de luta empreendidos pelas classes trabalhadoras, exprime parte da importância que se tem dado, no movimento histórico da Educação do Campo às lutas pelas políticas públicas, pois esse movimento integra um movimento maior de reação da sociedade civil, de homens e mulheres que se recusam a aceitar o modo de vida imposto pelo capital, que tudo mercantiliza, e exigem do Estado, na luta por seus direitos, a institucionalização das políticas sociais. Essas questões gerais das lutas dos movimentos sociais para garantir e conquistar direitos sociais e sua materialização por meio de políticas públicas são as que explicam a importância que o tema adquiriu neste tempo histórico, no qual surge a Educação do Campo. Portanto, é com base nessas contradições maiores que enfrentamos também as questões específicas da Educação do Campo no âmbito de políticas públicas.

Na pesquisa de campo com uma militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ela coloca essa lógica do capital e a perda dos direitos conquistados e diz que:

Uma das maiores dificuldades já enfrentadas nestes últimos anos, foi em relação à implantação desse modelo pedagógico nas escolas do campo, onde teve resistência maior do sistema governamental, pois sabemos que essa metodologia de ensino contradiz com o governo capitalista. BARBOSA, 2020.

LÍRIO aponta qual a importância dos movimentos sociais do campo, para garantir os direitos dos trabalhadores do campo quando cita ARROYO que diz:

[...] O movimento social do campo representa uma nova consciência do direito à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, cultura, à saúde igualdade, ao conhecimento, à cultura e à educação. O conjunto de luta e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram quando se reconhecem sujeitos de direitos. ARROYO (2011, p.73) apud (LÍRIO, 2016, p.147).

Nesse contexto, ARROYO apud LÍRIO 2016 p acrescenta que:

“[...] falar em políticas públicas, é colocar a Educação do campo no campo das políticas públicas, no campo do Estado [...], ao adequar a educação do campo no campo dos direitos e dos deveres se ampliam as condições para que se possam exigir políticas públicas mais amplas como, por exemplo, escola pública, recursos públicos, professores públicos, material público, transporte público, aí já nos colocamos no campo do público”.

Trata-se de um posicionamento político que demarca a hegemonia desses setores diante das populações camponesas que buscam construir, a partir da educação, um projeto de vida, de agricultura e de sustentabilidade específico para os sujeitos do campo. Nesse sentido, a proposição está muito inspirada em GRAMSCI apud LÍRIO (1984, p. 7), quando salienta que “[...] é preciso também definir a vontade coletiva e a vontade política em geral no sentido moderno; à vontade como consciência atuante da necessidade histórica [...]”.

De uma forma ou de outra, a educação do campo, consegue vencer essas imposições e superar os desafios. Ao dialogar com a gestora do Campo do Município de São Mateus-ES, da Ecorm Maria Francisca Nunes Coutinho, ela coloca a satisfação de trabalhar em na Educação do Campo e propõe mudanças no planejamento e que diz:

Ao atuar como gestor da educação do campo no município de São Mateus analiso as seguintes formas das políticas públicas:

- O município atende a demanda do comitê de educação do campo o qual faz a vigilâncias das escolas;
- Normatiza as leis elaboradas pela base dos movimentos sociais;
- Seleciona edital específico pelo campo pela conquista dos movimentos sociais e o comitê de educação do campo;

- As conquistas são todas debatidas na base dos movimentos sociais e comitê.

A vantagem que observo como gestor público que a educação do campo ganhou reconhecimento e respeito pelo poder público em relação ao comitê de educação do campo;

Outra vantagem que nos últimos dez anos tivemos os PPP específico para a escolas do campo;

As formações de educadores e as legislações voltadas em defesa ao campo;

A bandeira de luta que os gestores levam aos territórios são:

- Proposta pedagógica e a garantia de execução das atividades vivências na sua totalidade;
- A participação das famílias na formação dos educandos;
- A participação das escolas nos movimentos sociais organizados;
- Formação política e ideológica;
- Defesa do projeto do campo;
- Enfim são os responsáveis de sustentar a proposta e fortalecer a base;

As políticas públicas até o momento vêm atendendo as nossas necessidades pela vigilância do comitê de educação do campo e os movimentos sociais organizados.

As perspectivas da gestão que melhore o acesso aos educadores do campo;

A formação seja inicial e continuada;

Concurso público voltado para escolas do campo;

Reconhecimento e respeito às diversidades campesinas;

Fortalecimento político e ideológico; ALVES, 2020.

3.2 ATRIBUIÇÕES MUNICIPAIS – As Legislações Municipais como movimento de Luta em São Mateus-ES

De acordo com LEAL(2012, pág. 76), somente nas localidades que tivessem pelo menos a categoria de vila, concedida por régio, podiam instalar-se as câmaras municipais, cuja estrutura foi transplantada de Portugal, a princípio, na conformidade das Ordenações Manuelinas e, mais tarde, das Filipinas. A câmara propriamente dita compunha-se dos dois juízes ordinários, servindo um em cada vez, ou do juiz de fora (onde houvesse) e dos três vereadores. Eram também oficiais da câmara com funções especificadas o procurador, o tesoureiro e o escrivão, investidos por eleição, da mesma forma que os juízes ordinários e vereadores. A própria câmara é que nomeava os juízes de vintena, almocatacés, depositários, quadrilheiros e outros funcionários.

Para BAYER, IZABEL (2017, p. 28) [...] No que se refere aos Municípios, estes, na condição de entes federados autônomos, principalmente a partir de 1980, serão vistos como possibilidade de uma socialização da classe política e como espaços políticos mais acessíveis à participação social. Busca-se, por meio do Poder Local, verificar se os governantes estão procedendo de forma responsável na condução da coisa pública, estando as suas decisões afinadas aos interesses da comunidade que os elegeu. Impor ao estado, pela participação dos indivíduos, o devido controle democrático, no sentido de fazê-lo cumprir com suas obrigações para com todos, sem distinções e favoritismos, bem como administrar com responsabilidade o dinheiro público, combatendo a corrupção, as práticas clientelistas e personalistas (SANTIN, 2005, pág. 12)

De acordo com a CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1891, nas atribuições municipais que diz:

Exceto a disposição sobre as rendas que lhe deviam ser atribuídas e tiradas dos impostos estaduais, havia apenas o art. 68 que mandava ao Estado assegurar aos Municípios a autonomia em tudo quanto respeitasse ao seu “peculiar interesse”.

Esse dispositivo vago trouxe muitas discussões, como se, por exemplo, o Estado podia estabelecer a nomeação dos Intendentes Prefeitos.

Debateu-se muito (Castro Nunes e outros) se o Município brasileiro continuava a tradição colonial e ibérica, no interior à criação das Províncias, ou se era apenas uma projeção dos Estados, como nos Estados Unidos.

Em geral, a Constituição de cada Estado determinou que os Municípios seriam regulados por uma “lei orgânica”, aplicável a todos. O Rio Grande do Sul tolerou que cada Município instituísse sua própria carta. BALEEIRO, ALEOMAR. 1891 / 2012, pág. 34.

[...] Descrevendo as câmaras da colônia, observa CARVALHO e MOURÃO que tinham:

Funções mais importantes do que as das modernas municipalidades. Assim, é que, das atribuições de interesse peculiar do município, exerciam elas funções hoje a cargo do Ministério Público, denunciando crimes e abusos de juízes, desempenhavam funções de polícia rural e de inspeção da higiene pública, auxiliavam os alcaides no policiamento da terra e elegiam grande número de funcionários da administração geral, tais como: os almotocés, assistidos do alcaide-mor; os quatro recebedores das sisas, os depositários judiciais, o dos cofres de órfãos, o da décima, os avaliadores dos bens penhorados, o escrivão das armas, os quadrilheiros – guardas policiais do termo – e outros funcionários. Tinham, além disso, as Câmaras o direito de nomear procuradores às Cortes [...]. LEAL 2012, Pág. 77-78.

[...] De acordo com POLETTI, Ronaldo. 1934/2012, no **Art. 87...** Compete ao Município:

Os Estados organizarão o seus Municípios, assegurando-lhes por lei e de acôrdo com o desenvolvimento econômico-social, dos mesmos, um regime de autonomia em tudo quanto lhes disser respeito ao privativo interesse.

§ 1º Os Municípios de mais de dois mil contos de renda e cuja sédes tiverem mais de cinquenta mil habitantes, e que forem capitais de Estados, terão carta municipal própria, de acôrdo com os princípios gerais estabelecidos pelas Assembléias Legislativas, e submetida ao seu *referendum*.

§ 2º Os Estados poderão constituir em Região, com a autonomia, as rendas e as funções que a lei lhe atribuir – um grupo de municípios contíguos, unidos pelos mesmos interesses econômicos. O Prefeito da Região, será eleito pelos Conselheiros dos Municípios regionais e o Conselho Regional compor-se-á dos Prefeitos desses Municípios.

§ 3º Nenhum Município poderá ser constituído ou mantido sem renda suficiente para o custeio de um serviço regular de instituição primária, saúde pública e conservação de estradas e ruas.

§ 4º Os Municípios só perderão a autonomia, podendo então ser supressos, nos seguintes casos:

a) Incapacidade para prover às necessidades normais de vida, de acôrdo com as regras estabelecidas na Constituição de cada Estado; b) déficit orçamentário de um terço ou mais de sua receita, durante três anos consecutivos; c) falta de pagamento de sua dívida fundada por mais de dois anos consecutivos.

§ 5º A fusão, ou o desmembramentos municipal por lei do Estado dependerá do *referendum* popular dos Municípios interessados.

Art. 88. Os Conselhos Municipais poderão ser constituídos mediante representação de classes. O Poder Executivo, porém, será exercido por um Prefeito, eleito por sufrágio igual, dirétoe secreto.

Art. 89. E' da exclusiva competência dos Municípios decretar impostos prediais e de licenças, bem como taxas de serviços municipais, além de outros que as leis estaduais atribuírem. Poletti, Ronaldo. 1934/2012, pág. 78-79.

[...] Caio Prado Jr. Situa em meados do século XVII... As câmaras exerceram imenso poder, que se desenvolveu à margem dos textos legais e muitas vezes contra eles. Não raro, porém, a Coroa sancionava usurpações, praticadas através das câmaras pelos próprios oponentes senhores rurais. Legalizava-se, assim, uma situação concreta, subversiva do direito legislado, mas em plena correspondência com a ordem econômica e social estabelecida nestas longínquas paragens. Seria difícil conter essas manifestações do poder privado em uma estrutura cuja unidade fundamental – que imprimia o seu selo no conjunto das demais situações – era o extenso domínio rural, essencialmente monocultor e construído sobre o trabalho escravo. LEAL 2012 pág. 79.

Para PORTO, Walter Costa 1937 / 2012, pág. 89, na Ordem Econômica, no **Art. 135** que diz:

Na iniciativa individual, no poder de criação, de organização e de invenção do indivíduo, exercido nos limites do bem publico, funda-se a riqueza e a prosperidade nacional. A intervenção do Estado no domínio econômico só se letigima para supprir as deficiencias da iniciativa individual e coordenar os factores da produção, de maneira

a evitar ou resolver os seus conflictos e introduzir no jogo das competiçõesindividuaes o pensamento dos interesses da Nação, representadas pelo Estado.

A intervenção no domínio economico poderá ser mediata ou immediata, revestido a forma de controle, de estímulo ou da gestão directa.

No **Art. 136.** O trabalho é um dever social. O trabalho intellctual, technico e manual tem direito e á proctecção e solicitude especiaes do Estado.

A todos é garantido o direito de subsistir mediante o seu trabalho honesto e este, como meio de subsistencia do indivíduo, que constitue um bem que é dever do Estado proteger, assegurando-lhe condições favoraveis e meio de defesa.

No**Art. 156.** O poder Legislativo organizará o Estatuto dos Funcionários Públicos, obedecendo aos seguintes preceitos desde já em vigor:

- a) O quadro de funcionariospublicoscompreenderá todos os que exerçam cargos públicos creados em lei, seja qual fôr a forma de pagamento;
- b) A primeira investidura nos cargos de carreira far-se-á mediante concurso de provas ou de titulos;
- c) Os funcionariospublicos, depois de dois annos, de exercicio, só poderão ser exonerados em virtude de sentença judiciaria ou mediante processo administrativo em que sejam ouvidos ou possam defender-se;
- d) Serão aposentados compulsoriamente os funcionarios que attigirem a idade de sessenta e oito annos; a lei poderá reduzir o limite de idade para categorias especiaes de funcionarios, de acordo com a natureza do serviço;
- e) A invalidez para o exercicio do cargo ou posto determinará a aposentadoria ou reforma, que será concedida com vencimentos integraes, si contar o funcionario mais de trinta annos de serviço effectivo; o prazo para a concessão de aposentadoria ou reforma com vencimentos integraes, por invalidez, poderá ser excepcionalmente reduzido no caso que a lei determinar;
- f) O funcionario invalidado em consequencia de accidenteoccurido no serviço será aposentado com vencimentos integraes seja qual fôr o seu tempo de exercicio;

- g) As vantagens da inatividade não poderão, em caso algum, exceder as da atividade;
- h) Os funcionarios terão direito a feriasannuaes, sem descontos e a gestante a tres mezes de licença com vencimentos integraes.

No município de São Mateus, o último concurso público que teve, foi no mandato do ex-prefeito Amadeu Boroto, sendo que na atual administração, não houve concurso para preenchimento de vagas, mesmo sabendo que a demanda de profissionais, são necessárias, pois na área da Educação a maioria são DTs.

Na Constituição Federal de 1946, no **art. 28**. A autonomia dos Municípios será assegurada:

- I- Pela eleição do Prefeito e dos vereadores;
- II- Pela administração própria, no que se concerne ao seu peculiar interesse e especialmente:
 - a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação das suas rendas;à organização do serviço público local. (Baleeiro, Aliomar. 1946/2012, pág.58).

Para TÁCITO, Caio 1988/2012, pág. 77. **No Art. 30**. Compete ao Município:

- I- legislar sobre assuntos de interesse local;
- II- suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III- instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV- criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- V- organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI- manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
- VII- prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

- VIII- promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento da ocupação do solo urbano;
- IX- promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e ação fiscalizadora federal e estadual.

De acordo com a LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS-ES, da autonomia Municipal do Art. 8º que diz:

O Município de São Mateus, Estado do Espírito Santo, goza das seguintes autonomias:

- I- legislar sobre assuntos de seu peculiar interesse;
- II- suplementar a legislação federal e estadual no que lhe couber;
- III- instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as rendas municipais, sem prejuízo de obrigatoriedade da prestação de contas e da publicação de balancetes, até o último dia do mês subsequente a que se refere;
- IV- criar, organizar e suprimir distritos e vilas, observadas à legislação estadual e a Lei Orgânica do Município de São Mateus, Estado do Espírito Santo, no que couber;
- V- organizar e prestar diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial, após a aprovação da Câmara;
- VI- manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar, de ensino fundamental de 3º grau; 2002.

4. AS LEIS Nº. 1.553/2016 E DE Nº1798/ 2020, NORMATIZA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS.

[...] A compreensão e a legitimação da idéia da educação como um direito humano,

Os projetos de educação do campo no Brasil sempre ficaram esquecidos, deixando a população do campo sem acesso a escolarização. (LÍRIO 2016, pág. 55), faz um recorte histórico das leis voltadas para a educação do campo que diz:

[...] ao analisar a trajetória da educação do campo nas constituições federais, podemos constatar que houve pouquíssimo interesse pela educação no espaço do campo (tratada até a metade da década de 1990 por educação rural), mesmo sendo o país eminentemente agrário e dispendo de um alto índice de analfabetismo nesses espaços.

Nas Constituições federais de 1824 a 1891, por exemplo, percebemos a ausência de leis voltadas para a educação do campo. A carta Magna de 1934 se mostra preocupada com o desenvolvimento do ensino médio, e também superior, e o ensino primário integral passa a ser ofertado de forma gratuita. Contudo, a educação do campo permaneceu fora das preocupações do Estado Brasileiro, embora se mencione em seu Art. 156, Parágrafo único “[...] para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará, no mínimo, vinte por cento das quotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual [...]” (BRASIL 1934).

Na Constituição de 1937, não houve qualquer avanço, na Constituição promulgada em 1946, percebe-se que nada se alterou em relação à educação do campo. Com o processo de industrialização do Brasil, iniciando naquele mesmo período, houve a subordinação da educação do campo à hegemonia urbano-industrial e ao agronegócio, sendo este um último fenômeno recente, que surgiu somente a partir da década de 1990, embora alguns aspectos dele possam ser identificados ao longo do século XX, nesse sentido a educação do/no campo passa a ser pensada enquanto suporte de adequação do trabalhador rural aos meios de produção em curso, se enquadrando, dessa maneira à lógica do capital externo, fato que evidencia até os dias de hoje.

A Constituição Federal de 1967, em seu Art. 170, parágrafo único, demonstra que a educação rural estava subordinada aos interesses das grandes empresas, principalmente das que gerenciavam as agroindústrias, conforme revela o texto da legislação: “As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos trabalhadores

menores” (BRASIL 1967). Tal fato demonstra que o governo não só escusou-se de sua responsabilidade frente à educação rural, como passou a subordiná-la a iniciativa privada.

A carta constituinte de 1988 destaca apenas o Art. 28, no qual a educação rural aparece como uma garantia à população camponesa “[...] na oferta da educação básica, os sistemas de ensino promoverão adaptações necessárias para a sua adequação da vida rural de cada região [...]” (BRASIL 1988). Mas, ao universalizar o ensino, inclui a educação do campo, abrindo precedente para as futuras produções de políticas públicas.

No município de São Mateus, os movimentos sociais organizados, lutaram para a aprovação da lei nº004/2016, que garante a normatização da Pedagogia da Alternância no município, onde trás o conceito de que são as populações do campo. Um marco histórico para a educação e os camponeses deste município.

Segundo BALDOTTO (2016, p. 37), quanto à legislação, é importante destacar que:

[...] A partir de diversas lutas (nacionais, estaduais e municipais) o Movimento da Educação do Campo acumulou um conjunto importante de instrumentos legais que reconhecem e validam as condições necessárias para que a universalidade do direito à educação seja exercida, respeitando as especificidades dos sujeitos do campo, tais como: Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo: Resolução CNE/CEB nº 1/2002 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008; Parecer nº 1/2006 que reconhece os Dias Letivos da Alternância, também homologado pela CEB; Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e Sobre o Programa Nacional na Reforma Agrária/PRONERA-BALDOTTO (2016, p. 37).

A educação do campo está garantida nas leis federais, tendo uma brecha nas esferas estaduais e municipais, que por sua vez, acabam não cumprindo a lei maior, que é a federação. Por isso, muitas políticas voltadas para os povos do campo, deixam de serem cumpridas. Nesse contexto, Lírio, 2016, p.70, diz que as políticas

públicas para educação do campo estão presentes no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010:

Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

§ 1º Para o efeito deste Decreto, entende-se por : I – populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da florestas, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e .

I – escola do campo: aquela que situada em área rural, conforme definida

Pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atende predominantemente a populações do campo.

§ 2º Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1º.

§ 3º As escolas do campo e as turmas anexas deverão elaborar o seu projeto político pedagógico, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 4º A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados para o projeto político e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo. LÍRIO, 2016, pág. 70.

Nesse contexto, a lei de nº 1.553/2016 ao ser lida e aprovada na sessão da Câmara de Vereadores no dia 01 de março de 2016 diz que:

A lei de nº. 1.553/2016 foi feita a leitura na Câmara dos vereadores no dia 01 de março de 2016 e aprovada no dia 15 de março de 2016. No Art.1º para efeito da lei, explica no parágrafo I - Quem são os povos de campo; no parágrafo II - as Escolas do Campo; no parágrafo III - a Pedagogia da Alternância; no IV – os Centros Familiares de Formação em Alternância. No Art. 2º Em comunhão com os art. 23 e 28 da Lei Nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – e o art. 7º, inciso II do Decreto Presidencial Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, fica reconhecida a Pedagogia da Alternância como integrante do sistema escolar da rede pública municipal de ensino de São Mateus para o atendimento preferencialmente da Educação do campo.

Na mensagem e justificativa, o Senhor Presidente, Nobres Edis, diz que: Temos a honra de submeter à elevada apreciação dessa Egrécia Câmara Municipal, o incluso **Projeto de Lei nº004/2016**, que “Normatiza a Educação do Campo no Município de São Mateus-ES e da outras providências.

Segue a justificativa do Senhor Presidente que diz:

O campo é um componente fundamental para o equilíbrio e para o bem estar de toda sociedade. A qualidade do campo interfere diretamente na qualidade de vida de todo o povo rural e urbano. Por isso, é de suma importância que o seu desenvolvimento esteja “respaldado” nos princípios da sustentabilidade em todos os seus aspectos.

O Espírito Santo é um estado brasileiro que em um sistema agrícola baseado, sobretudo, na agricultura familiar, tendo também o município de São Mateus essas características. Portanto, para que o campo do nosso estado e do

município possam se desenvolver de forma equilibrada e sustentável, é necessário que os sujeitos do campo sejam os principais protagonistas deste processo consciente de sua realidade local, global e tendo afetividade como o meio em que vivem.

O campo é um componente fundamental para o equilíbrio e para o bem estar de toda sociedade. A qualidade do campo interfere diretamente na qualidade de vida de todo povo rural e urbano. Por isso é de suma importância que o seu desenvolvimento esteja “respaldado” nos princípios da sustentabilidade em todos os aspectos. Nesse sentido se faz prioritário a valorização dos principais sujeitos do campo: os camponeses. Que de acordo com o censo agropecuário de 2006, são eles que, por meio da agricultura familiar, produzem 70% do alimento que chega à mesa de todos os brasileiros, mesmo com posse de apenas 24,3% das terras agricultáveis do país.

A educação contextualizada é o principal elemento promotor de tomada de consciência em vista a valorização da cultura e da transformação social. E a Pedagogia da Alternância, que inicia sua expansão no Brasil, justamente a partir do Estado do Espírito Santo, tem se mostrado ao longo do seu trajeto histórico, como uma forma concreta de educação contextualizada para atender as demandas de formação de juventude das comunidades camponesas, de acordo como as peculiaridades específicas de cada localidade.

Tendo em vista os avanços na legislação nacional – Resolução CNE/CEB Nº 01/2002. Decreto Nº 7.352 de 04 de novembro de 2010, Parecer do CNE/CEB Nº 1/2006 e tendo no município o Parecer CME/SM Nº 04 de 30 de agosto de 2012 – faz-se necessário também a implementação na Lei Orgânica de nosso município, elementos que assegurem os avanços dessa modalidade educacional em São Mateus.

Na expectativa de contar com a participação dessa Egrégia Casa de Leis, esperamos que o Projeto de Lei em tela seja apreciado e discutido em caráter de “**Urgência Urgentíssima**”, de acordo com o parágrafo 2º do art. 50 da Lei Municipal 001, de 05 de abril de 1990 – Lei Orgânica Municipal, por se tratar de matéria de relevante interesse público. Atenciosamente,

AMADEU BOROTO, prefeito municipal.

Essa lei é uma conquista dos movimentos sociais que ao longo dos anos lutam por uma educação voltada para os povos do campo. Assim o projeto de lei nº. 004/2016 foi protocolado no dia 25/02/2016, em regime de urgência urgentíssima. O projeto foi lido na sessão ordinária do dia 01/03/2016 e aprovado na sessão ordinária ao dia 15/03/2016, de acordo com o protocolo sob nº00277/2016, em 25/02/2016.

No dia 17 de fevereiro de 2016, o Senhor Presidente da Câmara de Vereadores do Município de São Mateus-ES, Nobres Edis fez a mensagem e justificativa do Projeto de lei nº.004/2016, pág. 009 que diz:

Assim, a Lei de Nº 1553/2016 que normatiza a Educação do Campo no Município de São Mateus-ES, foi aprovada de acordo com a Ata nº 009/2016, pág. 037 da Sessão ordinária, realizada aos 15 (Quinze) dias do mês de Março de 2016 (dois mil e dezesseis), às 18:00 (horas). Reuniu-se na Câmara Municipal de São Mateus – Estado do Espírito Santo, na sede da Câmara, sob a Presidência do Vereador Sr Gildevaldo Estevão, e Secretariado pelo Vereador Sr. Aquilis Moreira da Silva. Após fazer as ordens da casa o Presidente da casa deu sequência nos trabalhos, onde foi feita a leitura da pauta do dia.

[...] **Em Turno Único o Projeto de Lei nº 004/2016**, pág. 042;043-044, de autoria do Poder Executivo, que “Normatiza a Educação do Campo no município de São Mateus-ES e se dá outras providências”. Ao contínuo o Sr secretário solicita ao Sr Presidente Gildevaldo Estevão Bispo, que os Sr Vereadores infra firmados no uso de suas atribuições legais, substanciados no que perpetua o Artigo 158º inciso IV Artigo 160 do regimento interno dessa Casa de Leis Legislativa, requerem que seja incluído na ordem do dia... **DO GRANDE EXPEDIENTE:** A seguir o Presidente ESTEVÃO concedeu a palavra a Sra. Rosiléa Alves dos Santos, Diretora da ECORM (Escola Comunitária Rural Municipal) Maria Francisca Nunes Coutinho do Nativo de Barra Nova, que após saudar todos da Mesa Diretora, Vereadores e convidados de honra e demais presentes. A Diretora iniciou a sua fala e comenta que:

Esse é um grande momento que é único em São Mateus, e é um momento que todos vêm sonhando, não só no município, mas em todo o país em relação a Educação do Campo. Retrata o histórico da Educação no Campo em São Mateus, a qual o município a muito tempo vem buscando qualidade diante das diferenças e das suas especificidades. Lembra que a partir de 2012 iniciaram as Escolas multisseriadas no Campo com a Pedagogia da Alternância, ao todo são 63 Escolas do Campo que precisam de mais atenção e direitos iguais em relação as outras escolas. Então pede para que os vereadores votem esse Projeto de Lei que normatiza e garante as especificações da Educação no Campo, como merenda Escolar, contrato de Dts, melhorias, construção, Transporte Escolar e etc. para que o ano que vem inicie tudo regularizado. Agradece a atenção e oportunidade e se despede.

Em seguida o Presidente passou para a **ORDEM DO DIA:[...]**E submeteu em DISCUSSÃO: **Em Turno Único o Projeto de Lei nº 004/2016**, de autoria do Poder Executivo, que “Normatiza a Educação do Campo no município de São Mateus-ES e dá outras providências”. EM VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade. **Ata nº 009/2016, pág. 43-45.**

Assim, a Lei Nº. 1553/2016:

**“NORMATIZA A EDUCAÇÃO DO
CAMPO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS-
ES E DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O prefeito Municipal de São Mateus, Estado do Espírito Santo. **FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de São Mateus aprovou e eu sanciono a seguinte: **LEI: 1.553/2016.**

Esse dia foi um marco histórico para os movimentos sociais que estavam presentes na sessão da Câmara de Vereadores de São Mateus-ES, pois houve momentos, que os movimentos que estavam presentes, começaram a vaiar os vereadores que eram contra o projeto de lei. Houve um momento que um vereador deu voz de prisão para todos que estavam presentes, pois se continuassem vaiando, ele chamaria um

ônibus para levar todos os presentes para a cadeia. Mas, os vereadores votaram a favor do projeto justificando que a pedagogia da alternância, já conseguiu formar muitos cidadãos de bem para o município de São Mateus-es.

No ano de 2020, teve outro marco histórico para a Educação do Campo no município de São Mateus-Es. Na atual administração, no mandato do Sr. Prefeito Daniel Santana, foi aprovado outro projeto de Lei nº 1798, que dá diretrizes para a Educação do Campo no município sendo:

DA NORMATIZAÇÃO

Arf. 1º. Esta Lei normatiza a oferta de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Educação do Campo no Município de São Mateus e será implementada pelas instituições que compõem a Rede Municipal de Ensino, de acordo com a Política Nacional de Educação do Campo, das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação – Lei 13.005/2014 e no Plano Municipal de Educação - Lei Complementar Municipal nº 104/2015, o Parecer CNE/CEB 01/2006; os Pareceres do CME 09/2009, 03/2011, 04/2012, a Lei Municipal Nº 1.517/2015 e a Lei Municipal 1.553/2016, que normatiza a Educação do Campo no Município de São Mateus.

Essa lei, também foi uma luta dos movimentos sociais, para garantir oferta de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Educação do campo no Município de São Mateus.

No **Art. 2º.** Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

- I. populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e
- II. unidades de ensino do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente às populações do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do Campo, de acordo com os estudos realizados na pesquisa bibliográfica e na análise da lei municipal que normatiza a Pedagogia da Alternância, trouxe elementos históricos significativos para a pesquisa, pois na educação houve poucos projetos voltados para o povo camponês, com isso, o campo ainda continua sendo considerado como o lugar do atraso, as pessoas são ainda consideradas ignorantes e não civilizadas, mas a história comprova que esse povo tem direito a uma educação de qualidade, valorizando a sua cultura e o seu modo de ser na sociedade. Infelizmente, no Brasil, ainda existe o “voto cabresto”, como diz Victor Nunes Leal, onde o trabalhador vive sendo enganado, pensando que o fazendeiro é uma pessoa de confiança e este acaba sendo manipulado e explorado em todos os sentidos. Lutar por uma sociedade justa e igualitária vai além dos direitos e dos deveres de cada cidadão brasileiro, principalmente quando se refere à educação.

Na história das constituições Federais, ficou claro que as primeiras leis criadas para o país, quase não se fala em educação, pois a economia, a segurança estava em primeiro plano dos governos. Nos dias atuais, a educação está virando uma mercadoria, pois os projetos que são aprovados nas câmaras tanto nas instâncias federais, estaduais e municipais, poucos estão voltados para o investimento educacional, e quando se fala em educação do campo, ela ainda está ocupando alguns espaços com a luta dos movimentos sociais.

Assim, a aprovação das leis da educação do campo no município de São Mateus, não dá muita garantia para os povos do campo, pois a luta deve ser constante, e para isto, faz-se necessário a criação de leis, decretos, pareceres, resoluções para garantir um projeto de educação voltado para os camponeses. O campo do conhecimento, ainda é uma das bandeiras de luta dos movimentos sociais.

A segunda lei aprovada neste ano de 2020 é mais uma conquista dos movimentos sociais em parceria com a Secretaria Municipal de São Mateus, que por sua vez, não tem medido esforços para lutar pelos povos do campo, num município que tem uma diversidade econômica, cultural, social e política.

De forma especial, os movimentos sociais têm sido os grandes parceiros, no campo de luta por uma educação que seja voltada para os povos do campo. A Secretaria de Educação de São Mateus, não tem medido esforços para buscar parcerias com todos os movimentos para garantir as políticas públicas para os camponeses.

A Universidade Federal do Espírito Santo Centro Universitário Norte do Espírito Santo, tem feito parcerias importantes com a Secretaria de Educação de São Mateus contribuindo nas formações e outras atividades que contribuem com as políticas educacionais do município. Portanto, as lutas por políticas públicas para a Educação do Campo no município de São Mateus, ainda precisa ser constante, pois os desafios e os conflitos surgem a todo instante.

REFERÊNCIAS

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **Territórios educativos na educação do campo:** escola, comunidade e movimentos sociais / Maria Isabel-Antunes-Rocha, Maria de Fátima Almeida. Martins, Aracy Alves, [organizadoras]. – 2. ed. – Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2012. – (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 5)

BALDOTTO, Ozana Luzia Galvão, 1980. **Educação do campo em movimento:** dos planos à ação pedagógica em escolas multisseriadas e anos iniciais de São Mateus e Jaguaré (ES) / Ozana Luzia Galvão Baldotto. – 2016.

BALEEIRO, Aliomar. 1946 / Aliomar Baleeiro. – 3. Ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História:** da escolha do tema ao quadro teórico / José D' Assunção Barros. 10. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 20015.

CARVALHO, José Murilo de, 1939-

A Construção da Ordem : a elite política imperial. Teatro de

Sombras: a política imperial / José Murilo de Carvalho. – 10ª ed.

- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. / Organizado por Roseli Saete

Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alantejano e Gaudêncio Frigotto. –

2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio,

Expressão Popular, 2012.

FERREIRA, Simone Raquel Batista

“Donos do lugar”: a territorialidade

Quilombola do Sapê do Norte-es /

Simone Raquel Batista Ferreira – Niterói:

[s/n] 2009.

Tese de Doutorado em Geografia Universidade Federal Fluminense, 2009.

HASEN, João Adolfo.

MANOEL da Nóbrega / João Adolfo Hansen. – Recife:

Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1902-1982.

Raízes do Brasil / Sérgio Buarque de Holanda. –

26. Ed. – São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

LEAL, Victor Nunes, 1914-1985. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil** / Victor Nunes Leal. – 7ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS, abril de 1990* Com Emendas aprovadas até Junho de 2002. Composição da Câmara Municipal de São Mateus-ES Exercício 2002.

LÍRIO, Marcos Marcelo, 1975 – **O MST como locus de pressão e proposição de políticas públicas voltadas para a educação do campo no Norte do Espírito Santo(2003-2016)** / Marcos Marcelo Lírio. – UFES (Universidade Federal do Espírito Santo. 2016

OLIVEIRA, Ueber José de, OLIVEIRA, Sandro Nandolpho de, OLIVEIRA, Elisângela Santos de (organizadores). **Educação e relações de poder no Brasil e no Espírito Santo: Algumas considerações** /– Cariacica, ES: Cândida Ed., 2016.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. **Florestan Fernandes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

POLETTI, Ronaldo. Senado Federal – 3. Ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO / Erineu Foerste, Gerda MargitSchütz Foerste, Laura Maria Schneider Duarte, organizadores. – Vitória: Programa de Pós-graduação – Ufes, 2008.

NOSELLA, Paolo.

Educação no campo : origens da pedagogia da alternância no

Brasil / Paolo Nosella. Vitória : EDUFES, 2012.

ANEXO 10

Questionário 1

Curso de Licenciatura em Educação do Campo, em nível de graduação do **Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES/Universidade Federal do Espírito Santo - UFES**

Roteiro da entrevista semi-estruturada aos Gestores, Educadores, Militantes dos Movimentos sociais, Parceiros que lutam pela Educação do Campo no Município de São Mateus-ES.

Orientador: Prof. Dr. Damián Sánchez Sánchez
Educando(a) Pesquisador(a): Eduardo Luiz Ferreira
Entrevistado(a): Jaiane, Juliana, Valdina e Rosângela Bueno
Objetivo: Compreender, as políticas públicas voltadas para a Educação do Campo no Município de São Mateus-es nos últimos 10 anos de caminhada e qual os avanços e desafios das lutas dos movimentos sociais para a implantação dessas políticas na Educação do Campo.

Questionário

- 1- Quais as lutas e os conflitos que os movimentos sociais enfrentaram e tem enfrentado para defender as políticas públicas para a Educação do Campo no município de São Mateus?
- 2- Quais os avanços e desafios que os movimentos sociais tem tido com as políticas públicas educacionais no município?
- 3- Quais as políticas educacionais ainda precisam ser implantadas no município de São Mateus?
- 4- Quais as parcerias que os movimentos sociais tem feito com o setor de Educação do Campo, para garantir as políticas educacionais para os povos do campo?
- 5- Quais as perspectivas que os movimentos sociais têm em relação às políticas públicas para a Educação do Campo no município de São Mateus?

Questionário 2

Curso de Licenciatura em Educação do Campo, em nível de graduação do **Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES/Universidade Federal do Espírito Santo - UFES**

Roteiro da entrevista semi-estruturada aos Gestores, Educadores, Militantes dos Movimentos sociais, Parceiros que lutam pela Educação do Campo no Município de São Mateus-ES.

Orientador: Prof. Dr. Damián Sánchez Sánchez

Educando(a) Pesquisador(a): Eduardo Luíz Ferreira
Entrevistado(a): Patrícia, Tadeu, Geraldo Katiúcia
Objetivo: Compreender, as políticas públicas voltadas para a Educação do Campo no Município de São Mateus-es nos últimos 10 anos de caminhada e qual os avanços e desafios das lutas dos movimentos sociais para a implantação dessas políticas na Educação do Campo.

Questionário

- 1- Ao atuar como educador das escolas do campo, como que você observa as políticas públicas que foram criadas para a Educação do Campo no município de São Mateus?
- 2- Como educador do campo, como que você analisa os avanços e os desafios das políticas públicas para a Educação do Campo em São Mateus?
- 3- Qual a bandeira de luta, que os educadores tem levantado, para defender as políticas públicas educacionais para os povos do campo?
- 4- Quais as perspectivas que você como educador tem, em relação as políticas públicas para o município de São Mateus nos próximos anos?

Questionário 3

Curso de Licenciatura em Educação do Campo, em nível de graduação do **Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES/Universidade Federal do Espírito Santo - UFES**

Roteiro da entrevista semi-estruturada aos Gestores, Educadores, Militantes dos Movimentos sociais, Parceiros que lutam pela Educação do Campo no Município de São Mateus-ES.

Orientador: Prof. Dr. Damián Sánchez Sánchez
Educando(a) Pesquisador(a): Eduardo Luíz Ferreira
Entrevistado(a): Gestores: Arlonio, Fabiano, Rose e Marcelo
Objetivo: Compreender, as políticas públicas voltadas para a Educação do Campo no Município de São Mateus-es nos últimos 10 anos de caminhada e qual os avanços e desafios das lutas dos movimentos sociais para a implantação dessas políticas na Educação do Campo.

Questionário

- 1- Ao atuar como gestor da Educação do Campo no Município de São Mateus-es, como que você analisa as políticas públicas criadas para os povos do campo?
- 2- Quais os avanços e desafios, que você como gestor, tem observado nos últimos anos para que as políticas públicas sejam garantidas efetivamente?
- 3- Qual a bandeira de luta que os gestores do campo têm levantado para garantir as políticas educacionais para o campo no município de São Mateus?
- 4- As políticas públicas implantadas para a Educação do Campo têm atendido as demandas dos povos do campo?

- 5- Quais as perspectivas que os gestores da Educação do Campo têm, em relação às políticas públicas para os próximos anos?

Questionário 4

Curso de Licenciatura em Educação do Campo, em nível de graduação do **Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES/Universidade Federal do Espírito Santo - UFES**

Roteiro da entrevista semi-estruturada aos Gestores, Educadores, Militantes dos Movimentos sociais, Parceiros que lutam pela Educação do Campo no Município de São Mateus-ES.

Orientador: Prof. Dr. Damián Sánchez Sánchez
Educando(a) Pesquisador(a): Eduardo Luiz Ferreira
Entrevistado(a):
Objetivo: Compreender, as políticas públicas voltadas para a Educação do Campo no Município de São Mateus-es nos últimos 10 anos de caminhada e qual os avanços e desafios das lutas dos movimentos sociais para a implantação dessas políticas na Educação do Campo.

Questionário

- 1- Como que o setor de Educação do Campo está organizado na Secretaria de Educação em São Mateus?
- 2- Quais os tipos de planejamentos que são desenvolvidos pelo setor de Educação do Campo?
- 3- Quais as dificuldades que o setor de Educação do Campo encontra para realizar o seu trabalho?
- 4- Quais os avanços que o setor de Educação do campo tem tido nos últimos anos?
- 5- Quais são as conquistas que o setor de Educação do Campo tem obtido no período de 2010 a 2020?
- 6- Quais os tipos de políticas públicas que o setor de Educação do Campo conseguiu implantar nos últimos anos?
- 7- Quais as perspectivas do setor de Educação do Campo têm, em relação às políticas públicas para os próximos anos no município de São Mateus?